



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**PARQUE MUNICIPAL DO MINDU: UM OLHAR PARA A SUA
PROBLEMÁTICA AMBIENTAL**

EVELINE MARIA DAMASCENO DO NASCIMENTO

MANAUS-AM

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

**PARQUE MUNICIPAL DO MINDU: UM OLHAR PARA A SUA PROBLEMÁTICA
AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para a obtenção
do título de mestre em Sociedade e
Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Iraildes Caldas Torres

MANAUS-AM

2008

EVELINE MARIA DAMASCENO DO NASCIMENTO

PARQUE MUNICIPAL DO MINDU: UM OLHAR PARA A SUA PROBLEMÁTICA
AMBIENTAL

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para a obtenção
do título de mestre em Sociedade e
Cultura na Amazônia.

Aprovada em: 10/12/2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Iraíldes Caldas Torres - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Rosa Esther Rossini - Membro
Universidade de São Paulo - USP

Profª Dr. José Aldemir de Oliveira - Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Jorge Freire do Nascimento e Alaide Damasceno do Nascimento pelo incentivo na trajetória do conhecimento.

À minha filha Luise dos Anjos do Nascimento Almeida e ao meu companheiro Elisson Lima de Paula pelo estímulo e dedicação.

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha orientadora Iraildes Caldas Torres, cuja nobreza de sentimentos, me ajudou a achar os caminhos para uma melhor compreensão da temática, levando-me a um novo paradigma de vida .

À Secretaria Municipal de Educação (SEMED); a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) pela licença concedida; à Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pelo incentivo a pesquisa e publicação durante a realização do curso.

Ao amigo Milton Melo dos Reis, cuja amizade me levou a uma melhor compreensão da pesquisa. Ao meu sobrinho Erik que sempre esteve disposto a me ajudar nas horas difíceis.

Aos moradores do conjunto Jardim Primavera e Barra Bela (bairro Parque 10); aos professores do Programa ; a Secretaria do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e aos demais colegas do curso, pela amizade e incentivo.

Minha própria experiência é que quanto mais entendemos a grande realidade na qual vivemos, mais humildes nos tornamos. Adquirimos um respeito excepcional por todos os seres vivos sem qualquer exclusão

(Edgar Morin).

RESUMO

Este estudo discute as implicações ambientais que atinge o bairro Parque Dez de Novembro, em particular os conjuntos Jardim Primavera e Barra Bela, devido as constantes alagações em consequência da não preservação do espaço natural. O modelo de desenvolvimento que caracteriza a civilização ocidental nos dois últimos séculos conduziu irremediavelmente à situação de degradação ambiental as nossas cidades. O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no âmbito da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face sociais face aos temas ambientais e à necessidade de construir consensos em torno deles. Nesse sentido, o trabalho consistiu em investigar a luta diária dos moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu no que concerne à solução de seus problemas relacionados às enchentes. A realização desta pesquisa assenta-se nos propósitos de compreender a cidade enquanto produto da ação humana, como construção coletiva, capaz de influenciar e ser influenciada pelos sujeitos homens e mulheres que moram nela, sendo, então, a cidade, um construto humano. O trabalho de campo foi realizado utilizando as abordagens qualitativas, sob a técnica de entrevista do tipo semi- estruturado, junto a uma amostra de 12 moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu. Dentre os múltiplos aspectos revelados ficou claro que, embora esses moradores gostem de morar em meio à natureza aberta, as inundações tornam se insustentável a permanência no Parque do Mindu

PALAVRAS-CHAVE: Manaus; Espaço Urbano; Meio Ambiente.

ABSTRACT

This study discusses the environmental implications affecting the neighborhood Park Ten November, in particular the joint Spring Garden Bar and Bela, because the constant alagações as a result of non-preservation of the countryside. The model of development that characterizes the Western civilization in the past two centuries led inevitably to the situation of environmental degradation of our cities. The process of reproduction of urban space in places facing profound changes as each subject is located in an area and it provides, within the framework of everyday life, the collective construction of the city, which reinforces the need to identify the roles and responsibilities of various social actors meet face to environmental issues and the need to build consensus around them. In this sense, the work was to investigate the daily struggle of the residents of the surrounding Park City Council Mindu concerning the solution of their problems related to floods. The completion of this research is, if the purpose of understanding the city as a product of human action as a collective, capable of influencing and being influenced by the subjects men and women who live in it, and then the city, a human construct. The fieldwork was conducted using qualitative approaches, in the technique of interview-type semi-structured, with a sample of 12 residents of the surrounding Park City Council Mindu. Among the many aspects revealed it was clear that although these people like to live amid the open nature, floods make it untenable to remain in the Park Mindu

KEYWORDS: Manaus; Urban Area; Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 00	Fonte de São José da Barra	08
Figura 01	Praca de São Sebastião	10
Figura 02	Praca de São Sebastião Ambiental	10
Figura 03 -	Interior de uma Residência no conjunto Jardim Primavera	25
Figura 04 -	Base cartográfica do tab. Cartografia – DEGO/UFAM	28
Figura 05 -	Diagrama da interação entre indivíduo-sociedade-especie	31
Figura 06 -	Transbordamento do Igarapé do Mindu – Conjunto Barra Bela	51
Figura 07 -	Transbordamento do Igarapé do Mindu – Bairro Parque Dez	52
Figura 08 -	Despejos de efluentes lançados no Igarapé	53
Figura 09 -	Residência de uma moradora – Conjunto Jardim Primavera	55
Figura 10 -	Despejos de efluentes industriais lançados no Igarapé	56
Figura 11 -	Degradação do Igarapé do Mindu	57
Figura 12 -	Conjunto Jardim Primavera – Bairro Parque Dez	68
Figura 13 -	Residência de uma moradora – Conjunto Jardim primavera	70
Figura 14 -	Passeio do Mindu – Bairro Parque Dez	78
Figura 15 -	Chapéu de Palha	78
Figura 16 -	Degradação do Igarapé do Mindu	80
Figura 17	Inundação causada pela retirada do aterro do Igarapé do Mindu	89
Figura 18 -	Limpeza do Igarapé/Manaus	91
Figura 19 -	Igarapé do Mindu – Drenagem	91

LISTA DE SIGLAS

CEUM- Conselho Consultivo do Corredor Ecológico Urbano
DEMULP – Departamento Municipal de Limpeza Pública
FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INPA- Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia
IPTU- Imposto Predial
PIM - Pólo Industrial de Manaus
PRODEMAPH – Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Igarapé
PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
RSD - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMOSB – Secretaria Obra e Saneamento Básico
SEMMA – Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas
SEMULSP – Secretaria Municipal de Limpeza e Saúde Pública
SESC – Serviço Social do Comércio
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SESI – Serviço Social da Indústria
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
VEMAQA – Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DA CIDADE EM MEIO AOS REARRANJOS SOCIAIS.....	17
1.1 A cidade de Manaus e o papel da natureza na cidade.....	17
1.2 As modificações da cidade provocadas por movimentos migratórios.....	31
1.3 as visões do moradores do entorno do Mindu na cidade de Manaus.....	41
CAPÍTULO II - PROBLEMÁTICA SÓCIO-AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL DO MINDU.....	50
2.1- Transbordamentos do igarapé do Mindu e os estragos residenciais.....	50
2.2- Os corredores ecológicos e as problemáticas ambientais dos moradores do entorno do Mindu.....	57
2.3 - - As relações de sociabilidade construídas pelos moradores do entorno do Mindu.....	67
CAPÍTULO III - A NECESSÁRIA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO PARQUE DO MINDU.....	74
3.1- As políticas de desenvolvimento sustentado nas áreas protegidas.....	74
3.2 – A dragagem do igarapé do Mindu como solução para o problema das inundações.....	87
3.3- Educação ambiental e o papel do poder público.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da longa discussão que vem sendo feita desde as aulas do curso de graduação e posteriormente no âmbito da Pós-Graduação. Naquele momento preocupava-nos o crescimento do espaço urbano de Manaus e suas conseqüências, refletidas principalmente na qualidade de vida da sociedade que se constituía, notadamente, na construção de novos espaços de habitação nos limítrofes da cidade e no contato com o espaço natural.

Realizar um estudo sobre a questão ambiental no perímetro urbano de Manaus, apontando os problemas sócios ambientais nas áreas do entorno do Parque Municipal do Mindu (em particular os conjuntos Jardim Primavera e Barra Bela), implica dar especial relevo às problemáticas ambientais concernentes às inundações.

A temática ambiental tem chamado a atenção dos pesquisadores das ciências sociais nos últimos anos, os quais buscam compreendê-la para indicar políticas públicas no âmbito da sustentabilidade, envolvendo o manejo do meio ambiente e a educação ambiental, com o propósito de interferir na política de preservação dos recursos naturais da Amazônia.

Não podemos falar de cidade sem lembrar que ela é construída pela ação e intervenção dos seus moradores, dos cidadãos. Na cidade essa condição vai se refletir de forma diferenciada de acordo com as feições de cada classe que nela intervêm.

Carlos (1992, p.57) sustenta que “a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas sob sua influência”.

Esta autora compreende a cidade como um ente que se articula com a sociedade. Não existe cidade em si mesma, não é uma abstração, ela só existe porque os sujeitos que moram nela a constroem.

A cidade é, portanto, uma produção coletiva e cada fragmento que se produz contém uma parte de quem o faz. Conforme Oliveira (2003, p.30), “compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se especializa na cidade.

A cidade é mais do que um modo de produzir é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. A cidade é uma resultante não só do impacto objetivo das condições reais que ela causa sobre os indivíduos, mas também da maneira como sua interveniência social e valores culturais agem na vida da cidade. Manaus se inscreve na dinâmica contraditória de ser ao mesmo tempo uma cidade rica e pobre, desde os seus primórdios no século XIX. Mesquita (2006, p. 142) assinala que,

Manaus foi uma das poucas cidades brasileiras a ter vivenciado a *belle époque*, quando, ao finalizar o século XIX, passou a usufruir dos benefícios que a sua próspera situação financeira permitia. Toda a riqueza da região era proveniente de uma só fonte – a borracha- e o lucro proveniente da comercialização deste produto sustentou um amplo e frágil império, gerando uma nova condição econômica que repercutiu em todos os setores da sociedade amazonense.

Manaus sofreu uma mudança radical em sua fisionomia. Sua população foi ampliada com a introdução de elementos e costumes de procedências diversificadas, aliadas a outros fatores. A sociedade local assumiu características cosmopolitas, típicas da *belle époque*, podendo-se fazer uma analogia desta fase de mudanças com a montagem de uma *vitrine*. A cidade havia alcançado um novo status, o insignificante lugarejo provinciano passava a ser descrito como uma cidade moderna, graciosa e com ares europeus, dada a sua plasticidade e aparência. As mudanças não ocorreram somente no aspecto da arte arquitetônica mas também no âmbito social e cultural, pois a introdução de novos e variados costumes gerava um ambiente cosmopolita.

Carlos (2001, p.134) chama a atenção para o fato de que “na realidade, planeja-se o espaço sem nem sequer pensar na existência de vontades e necessidades do cidadão, muito menos de seus habitantes diante da efemeridade das formas construídas”. Para a autora, assiste-se hoje à realização de um ‘urbanismo’ que abdicou de seu possível papel social para

se subjugar ao político e à sua estética de dominação, acentuando a fragmentação e a segregação espacial.

A área do Parque Municipal do Mindu encontra-se encravada em plena zona urbana de Manaus, no bairro denominado Parque Dez de Novembro, situado na posição norte da cidade, na confluência da avenida Perimetral do Parque Dez (Conjunto Residencial Presidente Castelo Branco), com a Rua D. João VI (Conjunto Nova Friburgo). Possui 300 hectares de mata, sendo uma parte destinada a estudos ecológicos. O Parque Municipal do Mindu está inserido no programa do Ministério do Meio Ambiente, o qual prevê a criação de uma rede de parques naturais e instalações voltadas para a educação ambiental e para a promoção da ciência e tecnologia aplicadas à Amazônia, criando com isso, uma rede de módulos autônomos, porém complementares e interligados (mapa em anexo)

A pesquisa foi realizada nos conjuntos residenciais Barra Bela e Jardim Primavera onde o igarapé do Mindu recebe as descargas de esgotos de todos os conjuntos residenciais existentes, e é exatamente nesse ponto, que os moradores sofrem ano após ano com as terríveis alagações. Quarenta e duas famílias moradoras dos conjuntos citados sofrem, há oito anos, com o fenômeno da alagação durante o período da cheia. A água chega a atingir a altura de um metro, destruindo móveis, eletrodomésticos e veículos. Os moradores reivindicam das autoridades solução para o problema, mas os representantes do poder público afirmam que o terreno é uma área de preservação ambiental e isto os impede de proceder à realização de obras de maneira definitiva.

O estudo está ancorado em autores como Capra (1996), Morin (2002), Sachs (2004) e Lefebvre (1968), seguido de Carlos (2001) e Oliveira (2003) *nossa grande referência*.

O trabalho de campo foi realizado junto a 6 moradores do conjunto Barra Bela e 6 moradores do Jardim Primavera. Ouvimos também a representante dos moradores, e o chefe do Núcleo de Proteção do Parque Municipal do Mindu (representante da SEMMA), totalizando um universo amostral de 14 sujeitos. Aos moradores foram aplicados formulários contendo perguntas abertas e fechadas e para a representante dos moradores e o chefe do Núcleo de Proteção do Parque foram realizadas entrevista semi-estruturada para obtenção dos dados relacionados à problemática em estudo.

No trabalho de campo tentamos encontrar as pessoas conforme o nível de importância que elas tinham para o nosso objeto de estudo e, assim poder construir e revelar uma memória comum a todos. Deste modo, procuramos ouvir o agente ambiental, o guia de

turismo, a bibliotecária, o Diretor do Parque que possui uma espécie de representatividade oficial.

Durante a entrevista com nossos informantes explicamos o assunto da conversa, pedíamos sua autorização para a gravação e iniciamos o trabalho, interferindo o mínimo possível na forma como era conduzida a narrativa, procurando apenas delinear o campo de trocas de conhecimentos e de experiências pessoais. O ambiente de entrevista era essencialmente aquele do cotidiano do entrevistado: a sala de sua casa ou um espaço na varanda.

A observação foi um instrumento importante para a identificação da dinâmica de organização social, cultural e política dos moradores do entorno do Parque do Mindu com o intuito de detectar os entraves, bem como as estratégias para possíveis soluções de seus problemas.

O registro das conversas formais e informais também se constituiu numa técnica importante, em diferentes momentos da pesquisa, para obter de modo simples e objetivo, informações que respondessem aos propósitos traçados.

O texto dissertativo está organizado em três eixos capitulares, a partir dos quais são discutidos, por distintas matizes, mas de forma articulada, a temática central que dá cadência ao estudo, qual seja: a problemática sócio ambiental nas áreas circunvizinhas ao Parque Municipal do Mindu. No primeiro capítulo, a discussão perpassa o processo da produção da cidade de Manaus em meio aos arranjos sociais, em que discutimos o papel da natureza na cidade, as modificações da cidade provocadas por movimentos migratórios e as visões dos moradores do entorno do Mindu na cidade de Manaus.

O segundo capítulo discute a problemática sócio-ambiental do Parque Municipal do Mindu, abordando os transbordamentos do igarapé e os estragos residenciais, os corredores ecológicos e as relações de sociabilidade construídas pelos moradores.

No terceiro capítulo nos ocupamos de uma análise sobre a necessidade de implantação de política ambiental capazes de impactar positivamente a vida dos moradores do Mindu. Aqui empreendemos uma discussão sobre a política de desenvolvimento sustentado nas áreas protegidas, apontando a dragagem do Igarapé do Mindu como solução para o problema das inundações e a educação ambiental como propulsora de uma nova forma de relação humana com o meio ambiente.

É assim que este trabalho assume fundamental importância não só aos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, mas especialmente para os moradores do entorno do Parque do Mindu que poderão dispor de um instrumento para a implementação de políticas públicas que garantam a sua qualidade de vida.

Por fim, é nosso intuito poder contribuir para a participação política de associações movimentos sociais ambientalistas, sindicatos e todos os outros organismos da sociedade civil frente à necessidade de elaboração de planos e estratégias de gestão ambiental.

CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DA CIDADE EM MEIO AOS REARRANJOS SOCIAIS

1.1 A cidade de Manaus e o papel da natureza na cidade

Manaus só poderá ser compreendida socialmente, se for vista em sua relação com a região amazônica, em relação com a selva, com os seus rios.

Se a Manaus de hoje não é apenas um produto do nosso tempo, mas de tempos passados cristalizados na paisagem, por seu turno, a paisagem urbana não se resume aos objetos construídos por homens e mulheres, na medida em que abarca também os modos de vida resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo.

Atualmente já não é possível enquadrar o termo cidade como algo previsivelmente definido, significando um modo de vida social orgânico, funcional, um modelo histórico específico e difundido universalmente. O processo urbano se destaca pela sua heterogeneidade, turbulência e fragmentariedade. Isso quer dizer que seu significado pleno ou a dinâmica de seus modos de interação, só podem ser apreendidos num contexto que consiga rebater esses fragmentos e conjuntos de fragmentos contra um todo. Para Lefebvre (2001, p.21), a cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembléias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes.

Para este pensador os violentos contrastes entre a riqueza e pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra.

Manaus está situada em área de terra firme, seu sítio se estende por uma faixa que vai do Lago Puraquequara até o Igarapé do Tarumã, tendo o seu centro, sítio inicial da

cidade¹, à cerca de 20km da confluência Rio Negro/Solimões, “assenta-se sobre a porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, pertencentes a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos terciários” (AB’SABER, 1953, p. 20).

Manaus, localizada na região Norte do Brasil e capital do Amazonas, o maior Estado brasileiro, com uma área de 11.401 km² e de clima equatorial é considerado o portão de entrada para a maior reserva ecológica do planeta: a Floresta Amazônica. O nome ‘Manaus’ é originado da tribo Manaos, que habitava a região e significa ‘Mãe de Deus’.

Começou a ser colonizada em 1669, a partir de um pequeno forte em pedra e barro com quatro canhões, denominado Forte de São José da Barra do Rio Negro. Em torno deste forte, nasceu o arraial que deu origem à cidade de Manaus. Em 1833 passa à categoria de Vila, com o nome de Manaos. Em 24 de Outubro de 1848 recebe o título de cidade, tornando-se a capital da Província do Amazonas.

Eis aí o forte que deu origem à cidade de Manaus,



Foto 1 - Forte de São José da Barra do Rio Negro e à esquerda a Igreja Nossa Senhora da Conceição, do período pré-pombalino (1699). Pesquisa do Professor João Renor de Carvalho e foto de Costa Lima sobre microfilme, obtido por Costa Lima na Torre de Tombo, Lisboa.
Fonte: Monteiro/1994.

Esta imagem retrata a origem da cidade de Manaus e segundo Loureiro (1984) esse fortim era uma construção simples de madeira e de barro amassado, com 4 peças de artilharia

¹ Cidade - A cidade é uma realização humana, produto e obra, por isso tem a dimensão do movimento da vida humana. Diferencia-se do campo, não apenas pelas atividades, mas enquanto construção/realização de um espaço que se distancia da natureza, sem contudo perder sua dimensão cultural. (Carlos, 1992)

de pequeno calibre, iniciado ou terminado em um dia qualquer do ano de 1669, situava-se à montante da enseada formada pela embocadura de 3 igarapés, mais tarde denominados Igarapé dos Remédios, Igarapé do Espírito Santo e Igarapé da Ribeira.

As cidades existem em todo mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual à outra: cada uma delas tem a sua história; contém sua própria identidade e é assim a cidade de Manaus.

A cidade revela a dinâmica do processo civilizatório e enquanto momento presente, ela só existe pela acumulação de tempos do passado, mas a perda dos referenciais urbanos como produto da rapidez com que a morfologia se transforma, redefine a prática socioespacial e nos faz mergulhar, hoje, na vertigem do vácuo” (SPOSITO 2000, p. 60).

Para este autor, a cidade, obra humana, feita para durar, produto do tempo acumulado, entra em contradição com a cidade que se refaz para e pela troca, reorientando a prática socioespacial metropolitana.

Aqui, o espaço em constante mutação e o tempo sem substância produz uma nova dinâmica. Conforme Araújo (1972, p. 104),

Na cidade de Manaus havia 3 ruas estreitas, com uma população miscigenada de 47 brancos, 243 índios e 11 pretos escravos. E quarenta anos mais tarde, alcançara 3000 pessoas. Em 1854, Manaus já apresentava 16 ruas estreitas e curtas e uma praça. As casas eram cobertas de telhas de pouca solidez na fundação, mas, espaçosa, cômodas e aconchegantes. As lojas ostentavam na quantidade de produtos que existiam. Com extrativismo da borracha e a sua exploração cresceu o fluxo migratórios, que através da introdução da navegação do barco a vapor, foram exportando em larga escala os produtos naturais da região. Os aventureiros atrás de riquezas construíram modernos núcleos industriais para facilitar a produção da borracha e outros produtos da região.

Manaus passou, então, por um processo de urbanização e de organização dos serviços sociais, pois a partir de 1893 o governador Eduardo Ribeiro executava programas emergenciais para melhorar as condições sanitárias da cidade. Um conjunto de ações era empreendido tais como:

1) abastecimento de água, saneamento do solo, esgotos e águas fluviais; 2) remoção e destruição do lixo e limpeza pública; 3) vacinação e revacinação; 4) casas populares para proletários; 5) remoção do hospital de caridade, arrasamento do Cemitério S. José, construção de hospitais para loucos e leprosos (ARAÚJO, 1972).

Estas eram as demandas de necessidades de uma cidade pretensamente moderna e sua população tinha que estar preparada para o avanço ‘modernista’, que se apresentava. Carlos aponta que,

a cidade em, em sua pluralidade e multiplicidade, revela o destino do homem. Nessa perspectiva é antes vida, ação, construída sobre a dialética entre produção/apropriação/reprodução. Mais do que uma forma material, uma morfologia, a problemática sobre a cidade se revela como problemática urbana, isto é, transcende a cidade para focar o homem e a sociedade urbana. Nessa direção o sentido da cidade é o conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida (e o que isso implica). É um lugar que se reproduz como referência, e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do homem, como construção e obra.

Monteiro (1972, p.55) afirma que “a cidade urbaniza-se na conquista de novos padrões de cultura. Aparecem a rua e a praça, logradouros públicos, a ponte e o mercado, o botequim e a loja”.

O fator principal para o crescimento populacional foi o fator econômico, com os mais variados tipos de profissões no contexto da divisão do trabalho e das classes sociais.

As características da cidade de Manaus foi mudando e a paisagem natural diminuindo, conforme o crescimento dos bairros, predominando barracas de palha e tábuas, com os sintomas de acentuada ecologia de humanos.

A conceitualização de Manaus se dá pelo fato de ser um núcleo urbano ilhado pela massa verde da floresta virgem, banhado pelo rio Negro e cortado pelos igarapés, dando uma paisagem tropical veneziana e primitiva, com construções de estilo oriental e ao mesmo tempo com a existência de palafitas. Araújo (1974, p.108) salienta que,

Manaus é uma cidade típica. Cheia de águas cortadas por águas, sem grandes cachoeiras e importantes quedas d’água. O seu crescimento acompanha a margem do rio e, depois, volta-se para o interior da mata, no rumo norte, - criando num semicírculo de bairros pobres, que sofrem já a expansão do urbano, e que já ocupam pontos inúmeros de nossa geografia.

Este era um traço importante da cidade de Manaus que atravessava o perímetro urbano: as águas, que é o que se prende à influência do homem sobre a geografia local. E é dessa influência que vem a transformação da geografia.

Tocantins (2000, p. 275) salienta que “não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos em marcha e que levam aonde queremos ir do que a

Amazônia”. As suas baías, os seus golfos, rios, paranás, lagos, furos e igarapés revelam o aspecto da geografia dinâmica e as manifestações de vida do homem, cujo destino está entregue aos caminhos que andam.

Para o autor os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias de navegação alcança os sítios mais longínquos, certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza das barracas, levando o desespero aos lares, e constituindo uma série de ameaças à economia. Nos seis meses de seca o verão derrama sobre o vale o fulgor do sol em céu azul, descoberto, e o drama nos altos rios é a falta de água.

Araújo (1974, p. 33) assinala que as águas são fundamentais para o desenvolvimento dos povos porque são vias de comunicação; auxiliares da ocupação, do trabalho, do transporte, irrigação, alimentação, agricultura. As águas têm diversas funções sociais.

Tocantins (2000, p. 276) revela que “ o primado social dos rios, trazendo a marca da geografia singular, revela-se nos múltiplos aspectos da vida amazônica. Para este autor o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. Daou (2000, p.36) acrescenta que,

o novo modelo urbanístico adotado era baseado num traçado em forma de tabuleiro de xadrez, e as obras, a partir daí, fizeram com que as colinas fossem aplainadas, os igarapés, aterrados, e as ruas avançassem em direção à mata. A cidade passou a ter dois patamares: um voltado para o rio e outro que dele se distanciava, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado. O eixo principal, inicialmente denominado Avenida do Palácio, quando inaugurado em 1900, recebeu posteriormente o nome de Eduardo Ribeiro, numa homenagem póstuma. Chamado pelos moradores da cidade simplesmente de ‘Avenida’, indicava o centro simbólico da nova cidade então concebida.



Foto 2 - Praça São Sebastião
Fonte: Jorge Herran

Enquanto praticamente todas as grandes cidades do país viviam de atividades rurais, Manaus foi uma das primeiras capitais a ter luz elétrica e um circuito cultural sofisticado.

Manaus, uma cidade tranqüila e pitoresca com sua paisagem atrativa, fora invadida por comerciantes estrangeiros, que ambicionando suas riquezas, procuravam o interior do Estado em embarcações, para suprir as necessidades das populações.

Dispersas nas terras ao longo dos rios, essas pessoas se dedicavam a atividades extrativistas. Os comerciantes itinerantes faziam o escambo de alimentos, tecidos, roupas, remédios e ferramentas, e, em troca, adquiriam os produtos coletados da floresta, sem a presença de moeda. Tratava-se de uma relação econômica de característica feudal que mantinha o produtor escravizado aos interesses de comerciantes intermediários e donos de seringais.

Durante o período de extração da borracha e o consumo da banha da tartaruga e seus ovos, as praias amazonenses exibiam uma extensão grande de lençóis branquíssimo, atingindo quilômetros de distância a perder de vista.

A natureza exibia seu esplendor às margens do rio Negro, e a população amazonense desfrutava a sua beleza. De acordo com Dias (1999, p.30),

Modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época da borracha passa ser o objetivo maior dos administradores locais. Era necessária que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente. A política seria a transformação da cidade de Manaus, defendendo a dominação do grupo que vai geri-la. Este grupo

será constituído pelos extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita conexão com o poder público local.

Manaus passou por um embelezamento devido às influências da metrópole parisiense com quem a elite gomífera estabelecia relações. Tornou-se uma cidade plástica com costumes e valores importados. Isso tornava a cidade atraente para se morar e para visitar. É o que assinala Dias (1999, p. 30):

a Manaus dos naturalistas vai se transformar na Paris dos Trópicos, na capital da Borracha, cidade moderna e elegante, na cidade do fausto. A cidade sofre a partir de 1890 seu primeiro grande surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista-exportadora, especificamente a economia do látex.

A cidade é uma construção coletiva e o espaço urbano² incorpora, com maior ou menor relevância, cada um dos seus moradores. A memória do espaço urbano da Amazônia, mais do que em qualquer lugar, não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz.

Santos (2000, p.56) nos fornece uma rica compreensão sobre a cidade sustentando a tese de que "é na cidade que as sementes políticas germinam, porque é nela que se dá o encontro entre a parcela técnica e a parcela política da produção".

Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior for a cidade, mais vasta e densa é a co-presença e maiores são as lições e o aprendizado.

Esse autor nos ajuda a compreender a cidade não só como produto social, mas também como construção social em todas as suas dimensões.

Segundo Correa (1969), os poetas e escritores deixavam-se enlevar pela visão deslumbrante da Amazônia. Suas palavras eram cheias de admiração por Manaus que se tornou uma verdadeira revelação de uma cidade voltada para a baía, cortada por entre rios e igarapés, dando um sentido de uma 'Veneza tropicalizada e primitiva' cujas habitações apresentavam construções de taipa e madeira, coberta de palha em caminhos de águas.

Manaus tornou-se um lugar pitoresco, em que muitos igarapés, como o Igarapé do Mindu, Cachoeira do Tarumã, Ponte da Bolívia, os Igarapés chamados Quaresma e da Raiz, as praias da Ponta Negra e do Cacau Pereira, e o famoso balneário do Parque Dez de

² Espaço urbano - é resultado de processos sociais materializados, ou seja, resultado do trabalho da sociedade. Sendo a sociedade heterogênea e fragmentada, o espaço produzido é forçosamente dividido ou fragmentado e isso se manifesta nos diversos usos urbanos, e na ocupação das diversas parcelas do espaço urbano pelas diferentes categorias sociais. (OLIVEIRA, ALECRIM E GASNIER 2003).

Novembro (muitos já extintos) eram recantos onde o povo costumava visitar. Era onde as pessoas costumavam amenizar os rigores do clima, em aprazíveis lugares, onde o verde se fazia presente na vida da população que acalentava sonhos dos turistas que aqui chegavam para curtir a natureza.

Os séculos XIX e XX marcam diferenciadamente, através da produção, das técnicas, das indústrias e mesmo da cultura, a incorporação da natureza à vida social.

O grande avanço tecnológico permite a sociedade ser capaz de mudar algumas características essenciais da natureza, colocando-a cada vez mais imbricada com o homem, incorporando-a cada vez mais ao espaço geográfico, entendido como produto social.

A modificação do mundo natural em território humano, legitimada pelas necessidades, requerimentos, desejos e esperanças de homens e mulheres pode ser vista tanto como um projeto de emancipação coletiva, quanto como realização do conforto na vida individual.

O avanço tecnológico transforma a Natureza em algo mais social do que natural, na medida em que o processo histórico-social passa a controlar, incorporar e produzir naturezas imbuídas de qualidades humanas.

Depois que Manaus absorveu todo o impacto da imigração de estrangeiros e do êxodo rural, o fragmento de natureza ficou resumido apenas ao foco da mata da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, uma área que permanece intacta, onde nela são encontradas várias espécies da fauna – como preguiças, pacas, saúns-de-manauas – e da flora em meio a uma porção de mata virgem.

O Parque Municipal do Mindu, com 33 hectares de biodiversidade no coração de Manaus, é uma das quatro Unidades de Conservação³, vitrine das espécies de flora, fauna e outros elementos do ecossistema⁴ amazônico.

Muitas outras áreas verdes⁵ de Manaus foram preservadas. Conforme Higuchi (2006) foram encontrados 131 conjuntos residenciais, loteamentos e condomínios, sendo catalogadas 242 áreas verdes, tombadas e catalogadas como: Canteiro do Boulevard, Horto

³ Unidades de conservação - Unidades de Conservação - áreas com características naturais de relevante valor, delimitadas e protegidas segundo legislação específica e mantidas sob regime especial de administração. Envolve conjuntos naturais representativos e são instituídos com finalidade de preservação, pesquisa, manejo educação, lazer e outros. (Giansanti, p.110)

⁴ Ecossistema - Unidade natural constituída de seres vivos (plantas, animais, microorganismos) e não vivos (o meio físico: minerais, água, ar, etc.), que interagem produzindo um sistema estável, como um lago, floresta ou oceano. (Giansanti, Roberto O desafio...p.105.)

⁵ Áreas verdes - são espaços definidos pelo Poder Público Municipal, com base no memorial descritivo dos projetos de parcelamento do solo urbano, constituídos por florestas ou demais formas de vegetação primária, secundária ou plantada, de natureza jurídica inalienável e destinados à manutenção da qualidade ambiental. (VEMAQA, p.172)

M. Chico Mendes, Parque S. Castanheira, Área Recreativa do SESC, BIS (Exército, Aeroporto Ponta Pelada; Aeroporto Eduardo Gomes; Área do SESI). As citadas são particulares e a minoria da população as frequêntam. Oliveira (2003, p. 207) assinala que,

Manaus apresenta escassez de vegetação nas áreas públicas, dando a aparência de uma cidade bastante 'artificializada'. No entanto, quando observada na sua 'intimidade', principalmente nos bairros residenciais, percebe-se quintais com abundante vegetação, o que pode estar contribuindo para amenizar os efeitos negativos do crescimento urbano.

Essa parcela de áreas verdes é importante por várias razões. A primeira diz respeito ao fato de absorver, infiltrar e evaporar parte das águas das chuvas, reduzindo a tendência à formação de enxurradas e inundações.

Além disso, essas áreas cobertas por vegetação herbácea, arbustos e árvores, contribuem para amenizar o clima, atrair pássaros e outros animais e absorver um pouco do calor e do gás carbônico gerados pelas atividades humanas.



Foto 3: Arquivo particular da pesquisadora
Interior de uma Residência no conjunto Jardim Primavera

Oliveira (2003), sinaliza para o fato de que, o meio ambiente é construído pela ligação da sociedade e a natureza por meio do trabalho. A natureza está sempre em mutação constante, porque a sociedade rompe a cadeia trófica, introduzindo componentes que na natureza não existiam, causando perdas ou até mesmo a extinção de componentes naturais, da

capacidade de produção dos recursos naturais, resultado da injeção de poluentes nocivos que a sociedade produz, causando degradação social e ambiental.

De acordo com a Legislação Ambiental Brasileira (2001, p.5) a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo,

A preservação⁶, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I- ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II- racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, e largura; III- planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV- proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas V- controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI- incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso nacional e a proteção dos recursos ambientais; VII- acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII- recuperação de áreas degradadas; IX- proteção de áreas ameaçadas de degradação; X- educação ambiental a todos os níveis, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

As cidades brasileiras, de uma maneira geral, vêm sofrendo ao longo dos anos um processo de transformação e degradação ambiental relacionado principalmente ao desenvolvimento industrial, à produtividade de bens materiais e conseqüentemente a um crescimento econômico e demográfico decorrido pós os anos 1950 e 1960.

Todo esse processo desenvolveu-se de uma maneira acelerada, desordenada, desrespeitando os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente. Dessa forma, a cidade de Manaus e seu desenvolvimento estão associados, de maneira geral, a um passado histórico condicionado por uma série de projetos econômicos, aplicados nesta região. Não podemos esquecer de relacionar esta análise aos aspectos fisiográficos e topográficos de cada lugar, o que influencia muito na dinâmica de seu progresso urbano. Oliveira (2003, p. 71) aponta que,

[...] a estrutura da cidade não está dissociada das práticas sociais e dos conflitos entre os vários agentes produtores do espaço urbanos [...] Essa luta reflete-se no controle e apropriação do espaço, marcando as maneiras como a cidade vai sendo produzida.

⁶ Preservação - conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. (VEMAQA, p.235)

É neste cenário que a cidade se coloca como o espaço da produção dos conflitos que se estabelecem em meio aos interesses antagônicos.

A cidade é o palco da luta de classes e o Estado é a instância mediadora das contendas sociais, capaz de pactuar as relações de conflito e colocar o contrato de convivência em patamares seguros, sem retirar dos indivíduos o direito à cidade. Lefebvre (2001, p. 48) afirma que,

a cidade é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata. O urbano assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária.

Para Lefebvre a cidade é uma realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico- e por outro lado o ‘urbano’, uma realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

Carlos (2001, p. 61) assegura que “a cidade impõe ou mesmo determina sonhos, comanda a vida, decide passos, induz ilusões. Nosso sonho se liga à cidade, indissolúvelmente”.

Para a autora, a cidade é o lugar das coações, mas também da liberdade, portanto a reprodução da cidade envolve a idéia de um projeto para a vida humana.

A cidade é uma produção que reúne as culturas os materiais e imateriais, sentimentos, as representações do imaginário social, os conflitos de classes e todos os outros elementos das relações do cotidiano.

Observemos que a cidade não é o espaço da simples condição objetiva da vida, ela supõe direção, gestão, atividades sociais, políticas, religiosas etc. Mas é também cultura imersa em subjetividades, criações míticas e manifestações de vida e de morte como nos lembrar Torres (2005). Por isso mesmo é que ela guarda a dimensão do humano.

A cidade de Manaus é uma capital de contradições, de desigualdades, onde a pobreza e a riqueza caminham num estranho *frenesi*, com déficit em saneamento básico e poluição do sistema hídrico da cidade.

A sistemática eliminação da cobertura vegetal vem contribuindo para o agravamento da qualidade ambiental urbana, o que pode ser sentido pelo desconforto ocasionado pelo aumento da temperatura, pelo crescimento do ruído e poluição do ar, pelos processos

erosivos, as enchentes, a perda de referência urbana e o comprometimento dos aspectos paisagísticos e culturais.

Oliveira (2003, p.101) assegura que “a preservação de áreas verdes, por exemplo, só aparece esporadicamente como preocupação pontual de alguns administradores da cidade e, nestas, as praças têm uma dimensão exclusivamente estética”. As praças constituem-se como especificidades sobre a forma da cidade e várias foram desfiguradas e outras desapareceram. Segundo Oliveira (2003, p. 102),

Entre as que foram desfiguradas pode-se destacar: A praça Adalberto Vale nos anos cinquenta com a construção do Hotel Amazonas; A praça Tamandaré, em frente à Capitania dos Portos; a praça dos Remédios, com a construção de uma casa de comércio na área fronteira à praça General Osório, ocupada com área exclusiva pelo Colégio Militar. Entre as que desapareceram: a praça Visconde do Rio Branco para a construção da Escola Técnica Federal do Amazonas; as praças General Carneiro e Floriano Peixoto no bairro da cachoeirinha. A primeira foi inicialmente transformada em dois campos de futebol sendo gradativamente ocupada pelo Conjunto Kubitschek e, posteriormente, pelo Palácio Rodoviário. A segunda foi doada ao Exército para a construção do Hospital Geral e área residencial para os militares.

Eis o quadro das praças acima mencionadas:

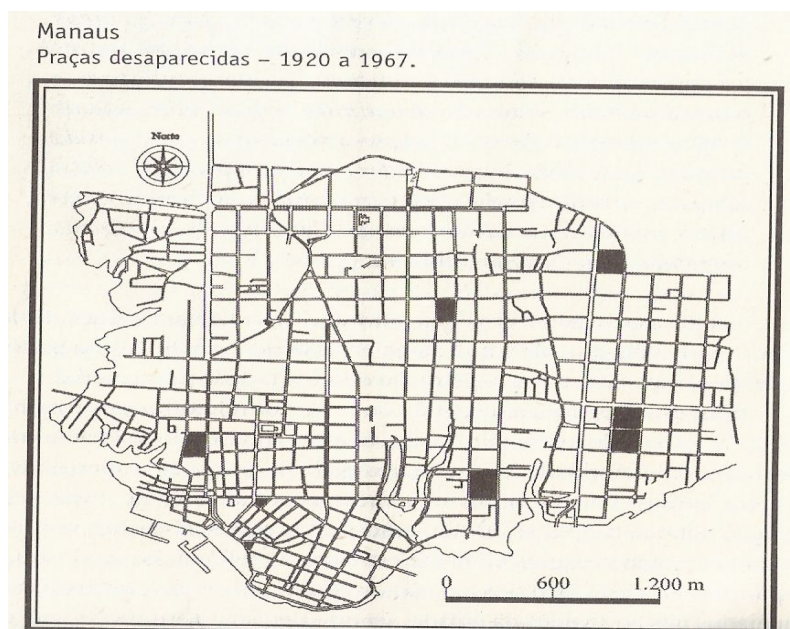


Foto 4 Base cartográfica do laboratório. Cartografia – DEGEO/UFAM
Organização: Geraldo Alves de Souza
Fonte: Oliveira (2003).

Oliveira (2003) pontua que “o desaparecimento das praças na parte central da cidade, como vista na planta anterior, nos possibilita compreender quais as prioridades que norteavam as políticas públicas urbanas”.

O aterro dos igarapés gerou outro agravo ambiental, os desaterros das áreas mais elevadas do centro. Segundo Oliveira (2003, p. 165),

o relevo na área central foi arrasado para aterrar os igarapés, o que ocorreu da foz em direção à nascente, daí a razão dos pântanos na medida em que os igarapés eram represados, formando os charcos para onde corriam as águas das nascentes e das chuvas, ficando represadas, levando anos para que o problema fosse resolvido. Foi um processo significativo de intervenção urbana, assinalado pelo afastamento do homem da natureza.

Movimentação de terras para aterros e desaterros nos anos de 1896 e 1897 (m³).

Fonte: Relatório do Engenheiro Civil Anísio de Carvalho Palhano, 1898.

Situação	Desaterros 1896	Desaterros 1897
Av. Eduardo Ribeiro	500	4.631
Estrada Epaminondas	225	837
Jardim Palácio	346	850
Praça S. Sebastião	131	4.258
Palácio novo do Governo	432	5.741
Rua 10 de julho	3.489	4.355
Rua Henrique Martins	12.636	2.546
Rua José Clemente	2.150	8.387
Rua Itamaracá	1.372	949
Rua 7 de Setembro	13.636	21.556
Rua da Independência	42	----
Rua Henrique Antony	238	----
Rua Saldanha Marinho	-----	300
Rua 24 de Maio	-----	1.625
Rua Luiz Antony	-----	421
Rua Barroso	-----	3.781
Rua Leonardo Malcher	-----	1.890
Rua Quintinho Bocayuva	-----	2.237
Rua Lima Bacury	-----	1.250
Rua Guilherme Moreira	-----	319
Rua Oriental	-----	2.400
Rua da Instalação	----	1.250
Rua Joaquim Sampaio	----	796
Ponte da Cachoeirinha	----	200

Fonte: Valle; Oliveira (2003, p.167)

Na esteira dos argumentos do autor, pode-se dizer que a movimentação de terras na cidade, aterrando igarapés e desaterrando ruas e praças, os problemas de salubridade foram agravados pela formação de grandes áreas alagadas e prejudicadas pela estagnação das águas. Uma senhora residente na cidade de Manaus há mais de 40 anos nos revela que,

Manaus é uma cidade de muito verde, e é muito importante a manutenção desses espaços e é até mais importante quanto as ações de plantio. Não sei o que será de Manaus daqui há 50 anos mas espero que ainda se possa respirar um ar saudável. Entretanto, do jeito que está o chamado ‘progresso’ tenho dúvidas do que acontecerá em um futuro próximo. (J.N entrevista /2008).

Nesta fala percebemos uma crescente preocupação na manutenção dos espaços verdes originais, que resguardam ecossistemas já existentes na cidade e evita degradações graças às ações de recuperação de fragmentos florestais.⁷ Mota (2008, p.143) assegura que,

no ambiente construído , a natureza não chega a desaparecer; permanece à vista e não está apenas nas árvores e áreas verdes das ruas, das praças, dos parques, dos jardins e até mesmo dos terrenos baldios. Está no ar, nas águas dos rios, canais e lagoas; está na fauna, nos insetos e nos microorganismos que convivem conosco no ambiente urbano.

O autor assinala que se a ação do homem tende ao desequilíbrio, o ambiente natural certamente reage, trazendo efeitos inesperados para o meio ambiente construído e seus ocupantes: inundações, erosão, enchentes, ambientes internos insalubres.

Morin, na obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, publicada no Brasil em 2004, desenvolve a idéia da tríade entre indivíduo-sociedade-espécie para explicar a complexidade do gênero humano.

O *indivíduo* é tido como fruto das relações de reprodução da *espécie* humana, a qual, por sua vez, recria-se na *sociedade*. Não há um equilíbrio, mas sim uma relação de interdependência entre indivíduo, sociedade e espécie. Essa tríade se apresenta em movimento ininterrupto, onde todos os elementos possuem a mesma importância e um não existe sem o outro. Para Morin (2004, p.54), “[...] a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e para a sociedade”.

⁷ Fragmentos florestais - são áreas remanescentes de vegetação nativa situadas dentro do perímetro urbano do Município, em propriedade pública, que desempenham um papel na manutenção da qualidade do meio ambiente urbano. (VEMAQA p. 172).

A tríade indivíduo-sociedade-espécie encontra-se em constante movimento de interdependência, ou seja, nenhum desses elementos sobrevive sozinho. Este triângulo é giratório e seus constitutivos são responsáveis pela dinamicidade da vida em sociedade/comunidade.

A vida conjuga também uma interatividade entre o homem e o meio natural. (Figura 1). A tríade desenvolvida por Morin (2004) deve ser articulada a uma outra tríade constituída pelos principais elementos da natureza, cujo valor material e imaterial assume importância à vida dos povos locais.

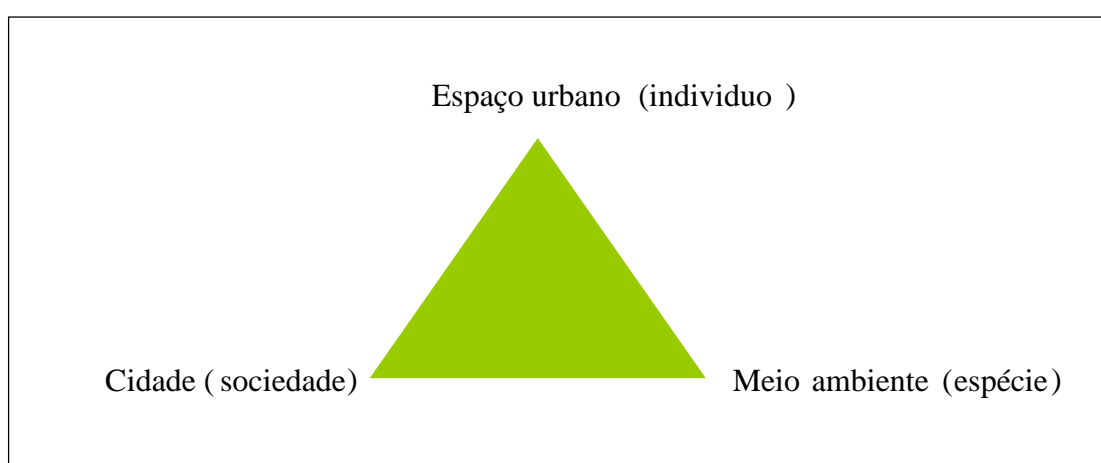


Figura 05 -Diagrama da interação entre indivíduo-sociedade-espécie

Fonte: figura elaborada por esta pesquisadora

O principal desafio que se coloca nos dias atuais é que a cidade crie as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação. Jacobi (2006, p.18) sustenta que,

É preciso pensar a questão da sustentabilidade para reforçar políticas sócio-ambientais que se articulem com as outras esferas governamentais e possibilitem a transversalidade, reforçando a necessidade de formular políticas ambientais pautadas pela dimensão dos problemas em nível metropolitano [...] e principalmente reforçando a importância de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização do espaço público e na qualidade de vida urbana.

Conclui-se que Manaus sofreu um processo de profunda transformação e o impacto causado pelo rápido crescimento econômico advindo com o processo da exportação da borracha para a indústria européia, fez com que a cidade ganhasse corpo e organização urbana

e, ainda que marcada por contradições, Manaus precisou se adaptar ao novo contexto econômico internacional.

1.2 As modificações da cidade provocadas por movimentos migratórios

A Manaus de meados do século XIX era uma cidade onde a população de origem indígena com seus estilos de vida próprios da área rural se entrelaçava com os estilos da vida urbana. No entanto, com o florescimento do comércio do látex da borracha a partir da segunda metade desse mesmo século a cidade foi impactada por um intenso fluxo migratório, intensificando ainda mais a sua problemática social.

As últimas décadas do século XIX podem ser caracterizadas como um período de grandes movimentos migratórios em decorrência de mudanças econômico-sociais ocorridas no país, de modo que o fenômeno da migração interna ganhou visibilidade, caracterizando-se como um problema nacional.

A implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou o crescimento econômico regional, iniciado durante o ciclo da borracha, época em que a população havia aumentado significativamente.

A Zona Franca abrigou novas indústrias, comercializando produtos importados de outros países. Com a sua instalação, Manaus foi invadida pela migração das populações interioranas e ribeirinhas, como mão de obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas.

Araújo (1972) salienta que o processo migratório fez com que Manaus tivesse uma transformação física, formando vários bairros, definindo-se o espaço urbano, compondo uma população de ribeirinhos, seringueiros, caboclos, castanheiros, nordestinos, estrangeiros, formando um segmento de trabalhadores que buscam vida melhor.

Mediante as transformações da cidade, um fenômeno passa a ser predominante na paisagem da cidade de Manaus: a densa ocupação das áreas de igarapés por famílias que têm baixo nível econômico, o que causa impactos ambientais e visuais.

O Brasil é um país constituído por processos migratórios presente nos deslocamento de pessoas de todos os lugares. A primeira imigração foi a dos portugueses que o descobriram e colonizaram, empurrando os índios, os povos autóctones.

No século XIX ocorreram grandes fluxos migratórios do Nordeste, sobretudo Ceará em direção à Amazônia, movidos pelo atrativo da borracha. A seca de 1915 tem sido apontada como um fator de saída do nordestino em direção à Amazônia.

O Nordeste, por seu processo histórico-social-político e econômico, transforma-se numa área caracterizada por transferir mão-de-obra rural para os centros urbanos mais dinâmicos do país, perdendo, assim, a capacidade de retenção da sua população e se transformando em uma área com altos índices de pobreza e de perdas de população.

No decorrer do processo de transformação de Manaus como capital da economia da borracha, a cidade é tomada por uma onda migratória muito grande. Não são somente brasileiros de outras regiões que vêm somar-se a população da capital e do interior em busca do trabalho, são também estrangeiros de diversas regiões do mundo.

Oliveira (2003, p.15) afirma que,

a migração na Amazônia vem influenciando diretamente no crescimento populacional dessa região. Quando os fluxos migratórios são analisados com base no comportamento de cada Estado, verifica-se que os de destino urbano são de maior expressão, com mais de 50% em todos os Estados, e o Amazonas apresenta um percentual de 93%.

Essa corrente manteve-se por todo o final do século XIX e século XX, com períodos de maior ou menor intensidade. Teve início na década de setenta do século XIX, quando a produção da borracha no Amazonas ganhava notoriedade nacional, como produto requisitado pelo comércio internacional, alimentando sonhos de rápido enriquecimento. Esse movimento se mantém com fluxo crescente até a crise da borracha, por volta de 1912-13.

A migração para os centros mais dinâmicos da economia do país representa, para quem se desloca do Nordeste, não só uma estratégia de sobrevivência econômica como também uma forma de fuga e reação à exploração e à dominação dos proprietários rurais. É uma forma de esperança de liberdade, em busca de novas relações na cidade.

O migrante é um termo que esvazia o conteúdo de classe e de identidade do trabalhador nordestino, visto como errante, pau-de-arara, mão-de-obra barata, preguiçoso, indolente, construtor de cidades, retirante etc. Aqui no Amazonas os nordestinos são rotulados de Arigó e em São Paulo e Rio de Janeiro recebem o estereótipo de baiano e paraíba respectivamente.

À medida que o comércio da borracha crescia, milhares de migrantes nordestinos se deslocaram para o Amazonas. Ocuparam terras e rios ainda desconhecidos, expulsaram os

índios dessas terras, alargaram as fronteiras do país com sua efetiva ocupação, a exemplo do que ocorreu com o Acre.

Belém e Manaus, no auge da belle époque, disputavam o posto de metrópole do Norte, numa comparação à Paris em relação a outras capitais européias. A extração e o comércio da borracha financiavam a apresentação de óperas no teatro, animadas conversas nos cafés, onde se desfilava trajando a última moda parisiense.

A migração de trabalhadores nordestinos cresceu novamente durante a Segunda Guerra Mundial, incentivada pelo Estado Novo. O ‘esforço da borracha’ consistia numa série de acordos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos. O governo brasileiro promoveu a campanha Soldado da Borracha objetivando incrementar a produção gomífera que perdia mercado para a borracha asiática.

Pinheiro (2003 p. 53) deixa claro que,

[...] de fato, tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade como a construção do porto, foi necessário enfrentar os problemas relacionados à escassez de mão-de-obra, só sanados com o apelo à migração de uma população nordestina assolada pela seca e pelo controle latifundiário.

Para esta autora boa parte desses migrantes se perdia pelo meio do caminho, engrossando as fileiras de elementos pauperizados que vagavam sem rumo pelas cidades, imprimindo-lhe sua marca, fazendo com que Manaus fosse, paulatinamente, perdendo um pouco de sua fisionomia tapuia.

As cifras relativas a essas ondas migratórias são bastante rudimentares e imprecisas, mas segundo Pinheiro (2003), é possível concordar com Celso Furtado quando calcula em pelo menos 500.000 o número de migrantes chegados à região entre 1872 e 1910.

Até a década de 70 do século XX se tinha um quadro de ocupação no espaço urbano de Manaus, dando conta de que os aglomerados situavam-se nas zonas administrativas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste.

A economia do Amazonas tem na cidade de Manaus o seu ponto central na medida em que ela concentra 96,72% das empresas implantadas, sendo, pois, o balcão de emprego de todo o Estado. Essa centralização da economia em Manaus resulta em uma concentração populacional que, em 1996, era em 48,6% de toda a população do Estado.

O deslocamento para Manaus é um processo que não pode ser analisado somente do ponto de vista da atração que a Zona Franca exerce sobre essa população, mas, sobretudo, do

ponto de vista da expulsão do lugar de origem, ocasionada por questões estruturais de uma sociedade gerida pela lógica do capital. Bentes (2005, p. 30) revela que,

A Zona Franca de Manaus, inicialmente, dinamizou-se como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Posteriormente, iniciou-se a implantação do Pólo Industrial de Manaus – PIM, em 30 de setembro de 1968, que lançou as bases para a segunda fase da ZFM, que foi de 1976 a 1990, e caracterizou-se pelo predomínio das atividades industriais, mascando o início da industrialização na capital do Amazonas.

Neste contexto, Manaus emerge como um centro atrativo para a migração, tanto interna quanto externa à região, incluindo levas de estrangeiros, pois os empreendimentos estabelecidos na cidade acenavam para a possibilidade de geração de empregos e oportunidades de geração de renda para as populações que buscam a melhoria de suas condições de vida.

A migração⁸, nesses moldes, transforma-se em uma estratégia de sobrevivência por constituir-se na busca de melhor condição de vida, da necessidade de sobreviver, ou seja, a pressão da exclusão conduz ao processo migratório.

Torres (2005, p.15) acrescenta que,

A Manaus da primeira metade do século XX era uma cidade artificializada, com uma aura que lhe era estranha, de vez que não incluía os nativos ao ornato da modernidade. Isto, porém, não impediu que os indivíduos interioranos que migravam para Manaus vivenciassem um processo de assimilação de novos hábitos e absorção de novos valores, buscando recriar-se em meio ao movimento historicamente determinado do espaço urbano.

A nosso ver, na decisão de migrar, de certo modo está presente um anseio de mudança do quadro de dificuldades no qual os sujeitos sociais estão submetidos. Trata-se de uma luta pelo controle de sua própria história, mesmo marcada por uma tendência ideológica.

Há nesse processo, uma leitura por parte do sujeito que reconhece seus limitados recursos de sobrevivência, fazendo uma espécie de sistematização do vivido em que ele rejeita as condições objetivas nas quais está inserido.

⁸ Migração – deslocamento de população entre regiões de um mesmo país ou entre diferentes países. Trata-se de um importante componente da dinâmica demográfica atual, em vista da tendência mundial à estabilização do crescimento vegetativo das populações. (GIANSANTI, 1998).

Há, portanto, na decisão de migrar uma certa adequação entre as significações do discurso ideológico dominante e as representações dos sujeitos, associados aos seus interesses particulares.

A migração rural-urbana no Amazonas, nesta pesquisa, é reafirmada como uma questão social que expressa um processo de exclusão dos sujeitos que vêm de seus lugares de origens. Trata-se de uma exclusão dos bens e serviços de consumo coletivo, evidenciando, por um lado, a escassa intervenção do Estado no espaço urbano e o total abandono da área rural.

A migração rural-urbana se faz acompanhar por um processo de convivência do rural e do urbano, possibilitado a confluência e imbricação desses referências de vida a inserção do migrante na cidade, ou seja, acontece a partir da determinação e reciprocidade dos referenciais rurais e urbanos.

A sua vida e sobrevivência é produzida em meios às mediações concretas feitas na cidade: o modo de ser, o pensar, o agir, os valores e as representações que faz de si e do outro.

Pereira (2006, p. 154) sustenta que “é no espaço que a vida vai sendo construída, vivida, criada e recriada pelos homens. O espaço é a totalidade em movimento, é a interação entre formas espaciais e conteúdo social, objetos e ações”.

As margens dos igarapés de Manaus, por exemplo, eram densamente povoadas. Com o advento da Zona Franca de Manaus esse quadro sofreu importantes alterações, principalmente devido ao contingente humano vindo do interior do Estado. Souza (2005, p.34) sustenta que,

a partir dos anos 70, a cidade de Manaus passou a destacar-se por seu intenso processo de urbanização, visível no acelerado crescimento populacional. Essa dinâmica da população possibilitou-lhe em 1980 concentrar grande parte da população do Estado do Amazonas, sendo elevada, na década de 90, à posição de metrópole da Amazônia Ocidental.

Esse deslocamento para o Amazonas era o reflexo de uma segunda ou terceira onda migratória igual aquelas que, em décadas anteriores, haviam migrado dos Estados do sul em direção à nova fronteira agrícola, situada no norte e centro-oeste. Eram colonos gaúchos, catarinenses e paranaenses que, após terem saído do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, por exemplo, avançavam para o coração da Amazônia.

Os migrantes foram conclamados a irem para a Amazônia, não para cumprir um dever patriótico, mas para conseguir terras, pois as autoridades governamentais iniciaram vários projetos de implantação de colônias agrícolas e acenaram com a distribuição de lotes de terra por todo o Nordeste, o que não ocorreu.

Vejamos a opinião de uma entrevistada acerca da migração para a cidade de Manaus:

Esse deslocamento de pessoas para Manaus tem contribuído muito para a mudança do espaço, pois essas pessoas incorporaram os nossos valores e nossas tradições e nós também incorporamos os seus hábitos, e com isso, vai havendo uma troca de culturas e o espaço vai adquirindo novas feições. E pra mim viver num lugar de muita floresta só me causa orgulho. Tenho certeza de quem vem á Manaus não se arrepende. Aqui tem lugar pra todo mundo. Emprego é mais fácil, significa um lugar ao sol. Mas as dificuldades são muitas: tem muito lixo na rua, a violência esta aumentando a cada dia, as ruas estão esburacadas. E com o crescimento, acelerado, Manaus está se transformando (F.S.F entrevista / 2007).

A fala desta moradora remete à uma profunda análise sobre o que a cidade representa para os seus habitantes. É Morin (2002, p.119-120) quem nos auxilia nesta reflexão ao apontar que,

A terra é nossa realidade objetiva e nossa pátria subjetiva (...). Os desflorestamentos maciços das grandes florestas tropicais produtoras de nosso oxigênio comum, a esterilização dos oceanos, mares e rios nutrientes, as inúmeras poluições e as catástrofes sem fronteira, tudo isto nos mostra que a pátria está em perigo.

A moradora percebe que a cidade está em ritmo de crescimento e que o fluxo migratório está em crescente ascensão. A cidade já não comporta outros fluxos migratórios porque provocaria inúmeros outros problemas sociais que viriam se somar aos graves problemas existentes.

Este crescimento demográfico está sendo maior do que a capacidade de atendimento dos serviços públicos, embora já seja visível alguma mudança no âmbito dos serviços e até mesmo de aparelhos sociais, como revela uma das nossas entrevistadas:

Do ano que eu vim para Manaus, no final da década de 60, muita coisa mudou. Aqui no bairro não existia luz, não tinha asfalto, as casas que eram de madeira, agora são de alvenaria, foi um avanço muito grande. O transporte melhorou muito, naquela época quase não tinha ônibus, retiraram muitas palafitas dos igarapés. Agora a violência era menor, a violência aumentou muito, antigamente tinha pouca escola; agora têm muitas; tem ônibus, as escolas que são distantes, tem muitos supermercados, tinha muito peixeiro, leiteiro e padeiro, não se vê, mas isso. Na cidade onde nasci (Lábrea) a escola só era até a quarta série, estudei muito aqui e mudei de vida. (A.D.N entrevista/ 2007).

Na fala de A.D.N, procedente de Lábrea, aparece o reconhecimento quanto às possibilidades objetivas da cidade, sobretudo no que concerne à infra-estrutura. Ela chama a atenção para o fato de que as mudanças nem sempre são positivas, pois, de qualquer forma, a cidade sofre com a violência urbana que se desencadeia em consequência das condições de vida e do convívio no espaço urbano. Souza (2005, p.37) aponta que,

as unidades da Federação mais expressivas quanto à naturalidade dos migrantes residentes em Manaus são: Pará (8,08%) e Acre (1,14%), ambos na Região Norte, à qual pertence à capital do Amazonas, Ceará (2,10%) e Maranhão (1,64%), na Região Nordeste. Registrou-se, também, 0,28% de pessoas de países estrangeiros.

A referida autora sustenta que os benefícios do *boom* econômico que têm caracterizado o desenvolvimento da Amazônia brasileira (entendida aqui também como Região Norte), e o caráter modernizador que justificam as iniciativas de seus agentes, não foram apropriados pela grande maioria de seus habitantes.

Um entrevistado falou de sua experiência na cidade de Manaus e como se sentia com as mudanças que vivenciava, a saber:

Quando a gente está distante da cidade, a gente pensa que é uma coisa diferente, mas quando chega pra morar, a realidade é diferente, o stress é mais, dorme-se menos e para muitas o descanso é luxo, mas por outro lado, a diversão é maior, com relação ao trânsito, cada vez mais aumenta o número de acidentes, o congestionamento é grande. O contraste social é muito grande, mas é um lugar que é um centro político, econômico e turístico. A gente vê aqui muita pobreza e também muitas pessoas ricas. Apesar do contraste ela acolhe muito. (E.D.T, entrevista / 2007).

Para o morador, E.D.T, as imagens que são construídas da cidade diferem muito da realidade. Os contrastes sociais são bem acentuados: a riqueza que alguns usufruem e as relações de dominação contrasta com a situação de exploração e discriminação que a população enfrenta. Como reconhece Torres (2005, p.114), “as manchas de pobreza são reveladoras da ausência de proteção social às camadas subalternizadas que são excluídas da vida da cidade”.

Enfim, as tensões humanas, seus conflitos e contradições estão presentes nos palcos das cidades onde a desigualdade reina de maneira contundente.

Nos últimos anos a cidade de Manaus voltou a sofrer um surto populacional e urbano, ligado, principalmente ao 'renascimento' econômico de alguns setores do Pólo Industrial de Manaus.

Estes foram períodos de grandes transformações nos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e sócio-culturais da vida cotidiana de Manaus, dado a forte presença de capital financeiro na cidade que influenciou a vinda de milhares de pessoas para a região.

Este surto populacional é marcado pela vinda da população rural do Estado para Manaus, o que determinou a ocupação/fundação do bairro Alvorada, conhecido na época como cidade das palhas, seguido dos bairros da Raiz, Compensa e outros.

Isso aconteceu sem que houvesse estrutura capaz de absorver e integrar essa população ao processo econômico e social, enquanto que no interior do Estado eram abandonadas as atividades tradicionais.

A partir do início da década de 1990, com a crise da Zona Franca e do Distrito Industrial de Manaus, estes problemas ampliaram-se, uma vez que o desemprego aumentou.

Houve um aumento significativo da população de rua ampliando o fenômeno da violência na cidade. Essa situação tende a ficar mais aguçada devido a ausência de políticas públicas voltadas para dar resolutividade aos problemas criados com o crescimento desordenado da cidade.

Nos dias atuais podemos observar a preocupação do governo do Estado em deslocar as famílias que ocuparam os leitos dos igarapés da parte central da cidade para áreas mais distantes, sem nenhum planejamento.

Algumas dessas famílias receberam casa no bairro Nova Cidade que, segundo o projeto do governo, trata-se de uma política para atender a demanda dos funcionários públicos, mas não há infra-estrutura no local: transporte coletivo, escolas, unidade de saúde, dentre outros.

Acrescente-se a isto o fato de que, a fuga para a zona urbana na região amazônica, representa o resultado de um modelo de desenvolvimento simultaneamente predatório e excludente, de corte neoliberal, que, sem trégua, avança sobre os bens naturais e sobre a vida em suas mais diversas formas, impactando a força de trabalho e o patrimônio cultural das comunidades locais.

De acordo com Oliveira e Guidotti (2000, p.159), “a cidade de Manaus estava estagnada desde o início do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações ocasionadas a partir da implantação da Zona Franca de Manaus”.

As mudanças não atingiram apenas a paisagem da cidade, mas e principalmente o modo de vida das pessoas (baseado no extrativismo, coleta da borracha, castanha, sorva, balata e tantos outros produtos), passando a serem influenciados por nova forma de produção

baseada no sistema fabril do Distrito Industrial, atualmente denominado PIM – Pólo Industrial de Manaus.

Embora o crescimento das cidades seja um fenômeno que ocorre em todo o país, o crescimento da cidade de Manaus está relacionado em primeiro lugar com a criação da Zona Franca de Manaus, que poderíamos tê-la como um fator de atração e, em segundo lugar, com as precárias condições de sobrevivência no campo, decorrentes de políticas ineficazes e/ou inexistentes que se pode considerar como fatores de expulsão das populações tradicionais de seus locais de origem.

Em relação aos migrantes, a falta de oportunidades associada à falta de qualificação profissional, fez com que milhares deles se vissem desesperançados quanto ao futuro. Vejamos o que disse um dos entrevistados:

Manaus é uma cidade acolhedora, mas tem acolhido melhor migrantes estrangeiros do que do seu próprio país. A cidade desenvolveu bastante, sendo que esse desenvolvimento é relativo. Infelizmente as pessoas advindas do nordeste não têm sido bem tratadas como os estrangeiros. Pois os estrangeiros geralmente tem qualificação para o mercado de trabalho: como professor, engenheiro etc. e nossos imigrantes são humildes, oriundos de famílias empobrecidas e não têm apoio concreto e atenção que deveria ter por não serem profissionais qualificados. Sobre a cidade posso dizer que realmente a cidade está se modernizando com novas vias, viadutos e condomínios. (J.F.N entrevista / 2007).

É perceptível na entrevista o fato de que os moradores conseguem visualizar as dificuldades enfrentadas pelos migrantes sem qualificação profissional, conseguem perceber os projetos implementados na cidade e as transformações ocorridas. Sachs (2004, p.14), chama a atenção para o fato de que,

O crescimento mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades e também exige que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais.

Ao visitante e ao morador mais atento, Manaus chama atenção pelo seu meio ambiente natural. Inúmeros igarapés que entrecortam a cidade, em sua grande maioria poluídos, servem de depósitos de lixo e receptáculo de esgoto proveniente das palafitas que se estendem ao longo suas calhas, nas encostas e até mesmo dentro deles, tornando a paisagem da cidade degradada. Isto revela os limites ou ausência das políticas públicas no que concerne a habitação e planejamento urbano. Oliveira (2003, p.73) destaca que,

a espacialidade da cidade decorre de conflitos entre os vários sujeitos, em que prevalecem os interesses de setores ou segmentos de classes mais poderosas e atuantes que impõem ao Estado mecanismos de controle capazes de garantir suas necessidades em prejuízo dos demais segmentos da sociedade.

A migração e as ocupações de terra constituíram-se na única forma que a população marginalizada, encontrou de ter o direito a cidade.

No tocante à emigração, os seus fluxos diminuíram consideravelmente ao longo dos últimos decênios, o que indica, que os migrantes tenham diminuído; isso apesar da importante redução da fecundidade registrada durante esta década (de 6 para 4 crianças/mulher em média). A migração não parece desempenhar mais o seu tradicional papel de válvula de segurança perante a tendência de forte crescimento natural que caracterizou o país durante muito tempo (BURGO, 2005).

Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital provinciana. A vida fluía sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena e obediente a valores tradicionais.

Hoje, Manaus conta com uma população de quase dois milhões de habitantes e com o advento da Zona Franca, tornou-se uma cidade cosmopolita, abrigando patricios do sul e estrangeiros de todo o mundo.

1.3 A visão dos moradores do entorno do Mindu sobre a cidade de Manaus

Como vimos ao longo deste estudo a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Lefebvre (2001, p.62) assegura que,

A cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos conjuntos que nela se desenrolam, sem esquecer as festas, as cerimônias (com seus lugares qualificados e apropriados).

A cidade do ponto de vista da realização da vida configura-se como prática socioespacial. Nessa dimensão concreta ocorre a produção de laços de solidariedade e união dos habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho), iluminando usos, particularmente aqueles que se estabelecem fora do mundo do trabalho e da vida privada.

Até a década de 1970 se tinha um quadro de ocupação do espaço urbano da cidade de Manaus concentrados na zona Sul.

Com o advento da criação da Zona Franca de Manaus, que contribui para o êxodo rural na região, esse quadro de ocupação urbana é ampliado com expansão para as zonas Leste e Norte da cidade, que começa a receber ocupações regulares e/ou irregulares (invasões). Pinheiro (2003, p.52) afirma que,

o processo que deu a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, memória que uma certa historiografia difundiu e cristalizou, é também o mesmo que reforçou em seu interior práticas de exclusão sobre uma imensa parcela da população, fazendo-a sentir fortemente o peso da opressão, da miséria e da fome(...) a modernidade manauense apresentava em seu bojo, e de forma marcante, a exclusão social e fazia-se por sobre os escombros do que era percebido como antigo, arcaico ou atrasado, em geral identificados nos hábitos e nas tradições populares de uma cidade que insistia em ainda mostrar seu lado primitivo de antiga tapera.

Para esta autora, as visões possíveis da cidade vão materializar-se nas experiências de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que conduz a percepções também diferenciadas a seu respeito. É lugar comum a constatação de que o espaço urbano engendra relações sociais de toda ordem, mas não podemos esquecer que esse espaço

contém também certas representações dessas relações sociais de (re)produção (...). As representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente se levarmos em conta que correspondem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato (LEFEBVRE, 1994, p.41).

As mudanças são resultados de um processo de destruição, resistência e reconstrução da paisagem urbana, fruto da mobilidade que se dá através das relações sociais e de produção.

Embora tenha passado por bruscas e abruptas transformações Manaus não perdeu suas características de cidade da selva. As praças, as ruas, os prédios, as moradias, representam aquela cidade que insiste em se manter viva diante de outra que se ergue. Carlos (2001, p.360) ressalta que,

A cidade foi e continua sendo uma totalidade; algo mais que seus elementos estruturais e funcionais. Sob esse aspecto é uma presença que se oferece sem que o habitar o esgote. Ela reúne todos os níveis da realidade e da consciência, os grupos e suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas sociais, a vida cotidiana e a festa.

É preciso que nos demos conta do significado da noção de reprodução porque aí estão as condições de possibilidade de transformação da vida na cidade. Se não atentarmos para isto cairemos na recusa do debate teórico, na pesquisa que se desdobra e se limita ao plano do empírico, no fato de que muitos ainda confundem a cidade que é o objeto (produto e obra humana), com o sujeito construtor da cidade.

Manaus já foi denominada Cidade Sorriso, um título sinalizador da alegria sempre presente em seus habitantes, apesar das dificuldades decorrentes das distâncias e circunstâncias. Nas ruas, as pessoas se saudavam mesmo sem se conhecerem, uma situação muito diferente dos dias atuais quando nem moradores do mesmo prédio se cumprimentam, até quando compartilham o mesmo espaço do elevador.

Vejamos a opinião de um morador do entorno do Mindu sobre a cidade:

Nasci aqui em Manaus e me criei aqui com dignidade e trabalho. Manaus é a melhor cidade do mundo. E essa cidade tem tudo que precisa para sobreviver. Poxa significa tudo, só conheço Manaus. Conheço bem os interiores, já andei muito por aí, e para mim, essa é a cidade mais bonita do país. Antes do Parque do Mindu existir a gente já morava aqui. (T.D.A entrevista 2007).

A fala deste morador denota um sentimento de amor em relação à cidade que embora contenha grandes contradições sociais, ela não deixa de ser bonita e fascinante. Morin (2002, p.119), nos ensina que é preciso “reintroduzir o humano no planeta: Implica reintroduzi-lo também na vida de onde ele proveio, da qual ele faz parte, que o nutre, e reintroduzi-lo em seu destino concreto, inseparável da biosfera”. Ou seja, é preciso estabelecer uma relação humana com a natureza, simbiótica, de reciprocidade em que a cidade faça parte de minha vida e eu faça parte da vida da cidade, e isto sugere uma relação de amor. Morin (2001, p. 16-17) nos lembra que “o amor é algo único, como uma tapeçaria que é

tecida com fios extremamente diversos, de origens diferentes (...). O amor enraíza-se em nossa corporeidade e, nesse sentido, pode-se dizer que o amor precede a palavra. (...) está enraizado em nosso ser mental”.

Um outro entrevistado vê a cidade por outro ângulo, está preocupado com as relações materiais de sobrevivência e assim vamos tecendo os fios que entrelaçam a vida nesse espaço de nossos amores e da materialidade da vida. Vejamos a seguinte narrativa:

Cheguei a Manaus há mais de trinta anos; não tinha viaduto, só o bairro da Alvorada, Cachoeirinha, Cidade Nova só o primeiro núcleo, Alvorada só 1 e 2; não tinha nem a feira moderna. No Centro uma vez alagou até a Praça do Relógio e aqui no Conjunto Barra Bela alaga todo ano. Há mais de 21 anos, sempre dizem que vão fazer alguma coisa aqui, mas ninguém faz nada. As mudanças sempre vão acontecer na cidade; trabalhei no Distrito Industrial só cinco anos e meio. Tentei voltar pra lá, mas não deu certo. Aí hoje em dia só é eu e meu filho. E aqui no bairro nem ônibus tinha. Existia o conjunto Barra Bela e Jardim Primavera, mas não tinha transporte. Mas meu sentimento de Manaus é que aqui é tudo de bom. (L.C entrevista/2007).

Carlos (1992) afirma que “a cidade representa o trabalho materializado ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico. A cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido”.

Manaus traz na estruturação de seu espaço e de sua população as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade.

Em conversa com os moradores percebemos a insatisfação em relação a sua situação socioeconômica, à atuação do poder público Municipal e em relação ao ambiente onde constroem o seu viver.

Isto mostra que os moradores têm consciência das questões políticas e sociais que implicam no fenômeno da degradação ambiental, eles deixam claro que só será possível a mudança se os poderes públicos e os governantes mudarem sua forma de administrar a cidade.

No entorno do Mindu, a solidariedade em momentos difíceis forjou entre os vizinhos um tipo de entrosamento interessante. É no morador da casa ao lado que muitas vezes se encontra a ajuda necessária para enfrentar os problemas das alagações. Em estado alagadiço, de calamidade social se estabelece um elo de confiança e pertença e entre os moradores. Vejamos o que falou uma moradora:

Eu gosto muito da cidade, mas os problemas são as alagações que ocorrem aqui no conjunto. Quando isso ocorre um vizinho telefona para o outro e todos correm para ajudar uns aos outros; Ajudam levantando os móveis, pois a água chega atingir no mínimo um metro de altura, e depois ajudam a limpar a lama que fica. Sendo que a sujeira vem acompanhada ainda com doenças (J.M.A entrevista /2008).

Estas famílias do entorno se solidarizam privilegiando a proximidade de vizinhança e com isso estabelecem laços de amizade, de ajuda mútua, reconhecendo as vantagens do companheirismo, e ao mesmo tempo denunciando a ausência do Estado.

Jacobi (2006, p.28) assinala que “a dinâmica urbana excludente e segregadora determina uma paisagem cada vez mais marcada pela prevalência de estratégias de sobrevivência que privilegiam práticas de deterioração do meio ambiente urbano”. Isto retrata os efeitos de da ausência de políticas públicas e o modelo de desenvolvimento que caracteriza nossa civilização e que conduz irremediavelmente à situação de degradação ambiental atual nas nossas cidades”.

Manaus não é mais a cidade índia embora muitos indígenas habitem nela. Seus fundamentos originários foram perdidos, seus referenciais e valores substituídos e novas identidades foram construídas, resignificando seus espaços de representação, ou seja, os espaços vividos.

Também não é mais a cidade do luxo e riqueza do período das elites da borracha. Segundo Torres (2005, p115) “a cidade passou a olhar para si mesma e se ver com outras lentes. Não é mais a cidade da opulência marcada pelo regalo e ostentação das elites locais”.

Em outras palavras, Manaus perdeu seus fundamentos. E como diz Morin (2002, p.28), “a vida é desequilíbrio, conflitos perpétuos e, a este título, contradições. A vida cria perpetuamente o novo e, a este título, é superação (...) as sínteses, na vida, são provisórias e parciais”.

É através do espaço de representação que se pode ter uma compreensão da cidade no seu interior, e dela fazer uma leitura, pois é nela que melhor se observam como se dão as relações na sociedade, principalmente as que não estão estabelecidas objetivamente.

Um dos entrevistados revela seu descontentamento com aqueles que falam mal de Manaus. Ele deixa claro que as oportunidades de trabalho existem, basta procurá-las. Vejamos:

Eu vejo que o pessoal que vêm de fora, fala muito! Muitos vêm sobreviver aqui. Só não trabalha quem é preguiçoso; Tem muita gente que trabalha de qualquer coisa pra sobreviver, vende coisas, tem tanto serviços honestos que podem fazer! (R.D.A. entrevista/2007).

Pensar o urbano implica visualizar a multiplicidade de sentimentos e o entrevistado revela que a cidade oferece oportunidades, mas é preciso perseverança para usufruí-la.

A cidade é dinâmica e abriga em seu interior a rotina e o cotidiano. O vivido que produz o espaço é fruto de práticas ao mesmo tempo coletivas e individuais, que determinam e estão submetidas às relações institucionais, mas que movimentam e dão vida à cidade.

Uma entrevistada moradora do conjunto Barra Bela ao responder a questão sobre a cidade de Manaus, em entrevista dada no segundo semestre do ano de 2007, afirma que,

Manaus cresceu muito assustadoramente, cresceu por conta das invasões e das pessoas que vieram de fora. Aqui tem muito emprego, muita terra para invadir, porém cresce sem nenhum projeto por conta dos governos corruptos. As pessoas foram invadindo as beiras dos igarapés, e aqui não tem fiscalização ocasionado com isso poluição. Eu tenho sentimento de muita revolta, estou decepcionada, porque não somos olhados pelo governo. Perdemos tudo, o governador e o prefeito não vieram aqui. Manaus está desordenada, mas tem coisa que está na expectativa de melhorar, o Parque dos Bilhares está legal, tão querendo ampliar, está ficando bonito. Estão fazendo uma coisa bonita, tirando os moradores das beiras dos igarapés pelo Prosamim, mas não sei como vai ficar, tem que olhar com mais cuidado para a cidade. (J.R.S, entrevista /2007).

Os entrevistados revelam, em suas falas, variados sentimentos em relação à cidade. Trata-se de um momento de desencontro, descompasso, percebido no âmbito da vida cotidiana como consequência da implosão do bairro. É um sentimento que aflora em sua plenitude na mente dos habitantes, mas todos eles deixam transparecer lá no fundo um sentimento de amor para com a cidade.

Muitas vezes esse sentimento parece esmaecer diante de uma situação de dificuldade pela qual os moradores enfrentam no seu dia-a-dia uma vez que este espaço, na maioria das vezes, está associado a inúmeros problemas que a cidade apresenta.

A necessidade do entrevistado, o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. Vimos que a cidade é, antes de qualquer coisa, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o construído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças) e o não construído (o natural) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias.

Convém, no entanto, lembrar que os moradores se relacionam de modo diferenciado com o bairro onde moram, produzindo percepções diferenciadas, manifestas no modo como homens e mulheres, jovens e adolescentes, participam do 'movimento', pois é no

plano da vida cotidiana que o conflito entre interesses aparece, se desvenda e gera lutas concretas, expressando os impasses da produção espacial da metrópole. Pinheiro, (2006, p. 47) considera que,

A ação diferenciada que os habitantes da cidade exercem quotidianamente sobre ela, impossibilita que se possa falar de uma maneira da cidade enquanto síntese que pretenda harmonizar as múltiplas tradições que se mesclam ou se confrontam no seu fazer-se.

As visões possíveis sobre a cidade vão materializar-se nas experiências concretas de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que resulta em percepções também diferenciadas a seu respeito. Torres (2005, p.115) sustenta que,

a cidade é um elemento civilizador. Não se pode creditar unicamente à cidade o corolário da barbárie e da degenerescência humana, ainda que a produção da pobreza e da miséria não possa prescindir dela. Os destinos da cidade dependem da ação das forças políticas em presença, não é uma estrutura amorfa e estagnada. Ela é paradoxalmente o espaço de irradiação de ações que planificam a vida, e o espaço de produção de morte ou de ações que impedem o desenvolvimento humano.

Não se pode querer entender a cidade senão pelas pessoas que a fazem e, a partir de suas vivências, errâncias, de seus valores, sua cultura, enfim, se quisermos compreender a cidade é preciso olhar fundamentalmente para as relações sociais aí estabelecidas, pois a cidade é produto e resultado dessas relações.

Os moradores ouvidos neste estudo reconhecem que tem havido muitas mudanças na cidade de Manaus, mas ainda há muito que avançar principalmente em relação à questão ambiental.

No que se refere às possibilidades de mudanças nas condições ambientais da cidade de Manaus os entrevistados consideram que o poder público poderia dar especial atenção à questão ambiental. Consideram também que, se não houver conscientização da população, certamente não haverá mudança.

A cidade, enquanto momento presente, só existe pela acumulação de tempos passados em contraposição ao mergulho no vácuo; nem continuidade nem descontinuidade absolutas, nem homogeneidade nem fragmentação irredutíveis, mas persistências e mudanças numa espiral ascendente que envolve o processo de reprodução do espaço urbano.

Assim, a cidade, ao longo da história, antes de ser um espaço onde se produz a sobrevivência, abre-se às perspectivas e possibilidades da realização da própria vida humana. De acordo com Lefebvre (1968,p.108),

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformando, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o urbano, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

O autor entende que a vida urbana compreende mediações originais entre cidade, campo e a natureza que devem ser compreendidas pelos simbolismos e pelas representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo feitas pelos cidadãos.

Um dos nossos entrevistados nos falou de sua experiência na cidade e como se sentia sendo morador de Manaus. Ele assim se expressou:

Pra mim, eu vejo que essa cidade é uma cidade muito boa de morar, pena que é quente, porque morei dois anos no Rio de Janeiro. Aqui é muito abafado, se não fosse isso moraria aqui; eu gosto dos pontos turísticos, mas aqui as coisas são muito caras, aqui o pessoal suja demais a cidade, eles vêm o anúncio de não jogue lixo aqui, mas ainda assim jogam lixo, essa pessoas deviam ser multadas, pois os cachorros pegam o lixo e estraçalham tudo. Mas Manaus melhorou muito, antigamente tinha muito urubu; a prefeitura deveria melhorar em relação a limpeza, limpar os córregos (...) Mas eu gosto muito daqui por causa das cachoeiras dos rios. O encontro das águas é bonito que só, e andar de barco é muito legal (L.F entrevista/ 2007).

Vê-se que há conscientização ambiental por parte deste morador. Ele nos ensina que é importante a preocupação com a cidade e que ela necessita de mudanças para preservar seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social equitativo, permitindo que as sociedades humanas obtenham qualidade de vida em todos os aspectos.

Este discurso está presente e pode ser considerado como uma síntese dos demais entrevistados que responderam esta questão sobre a cidade de Manaus, relacionando a melhoria da cidade com a qualidade de vida dos moradores.

Uma das questões presentes nestes discursos é a consciência social, os entrevistados falam da necessidade de uma consciência ambiental mais atuante para que juntamente com o poder público a população/moradores possa melhorar a cidade. Esta perspectiva vem ao

encontro das idéias de Oliveira (2003) que considera ser a cidade uma construção coletiva dos homens e mulheres que vivem nela, e não só proveniente da ação do poder público.

Em conversa com os moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu, em particular as do conjunto Barra Bela e Jardim Primavera, notamos a insatisfação em relação à situação decorrente das inundações que assolam esta área.

Isto que dizer que os moradores têm o desconforto de morar numa área que alaga constantemente e sentem a insegurança de saber que durante as chuvas sua casa ficará praticamente sob as águas.

A cidade enquanto construção coletiva, produto social é uma via de mão dupla que encerra a ação dos moradores em sua construção e a intervenção do Estado.

A paisagem traz as marcas de momentos históricos diferentes produzidos pelas pessoas que habitam a cidade, ela não se faz a si mesma, é construída.

A questão ambiental é muito presente nas entrevistas e aponta para o fato de que os habitantes criem, ao longo do tempo, uma identidade com a natureza.

J.N. ao ser inquirido sobre a cidade, assim nos revelou:

As pessoas esquecem o sentido da preservação. Eles sujam; não tem consciência ambiental. É preciso fazer alguma coisa, mas de forma urgente. Outra questão séria a ser resolvida é a péssima condição da rede de esgotos , que joga, diretamente no Igarapé do Mindu, o dejetos de diversos conjuntos da região, caracterizando um crime ambiental e um risco à saúde pública (J.K.L entrevista/ 2008).

Percebe-se nessa fala que o objetivo dos moradores é a busca de melhores condições de vida, pois a implantação de infra-estrutura no entorno do Parque do Mindu permitirá resolver as constantes alagações do Igarapé do Mindu que atingem diretamente dezenas de famílias, acarretando sérias conseqüências para a sua saúde física, mental e financeira.

É indispensável que haja um esforço para colocar em prática a educação ambiental, dirigida tanto às gerações jovens quanto aos adultos. É também fundamental que os meios de comunicação de massa se engaje nesta questão difundindo informação de caráter educativo a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos em harmonia com o meio ambiente.

CAPÍTULO II: IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS NA VIDA DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE DO MINDU

2.1 Transbordamentos do igarapé do Mindu e os estragos residenciais

O homem da Amazônia tem sua história marcada pelo ciclo das águas. Em seu habitat natural, a água é que governa a vida e define os períodos de maior ou menor disponibilidade de alimentos. Na medida em que migrou de sua região de origem para aventurar-se na Zona Franca, aumentou sua exposição aos riscos causados pelos extremos de cheias uma vez que as faixas de terra a ele disponível eram tão somente as situadas nas margens dos igarapés, naturalmente sujeitas a alagações periódicas.

A Agencia Nacional de águas (2006), relata que a média histórica dos níveis d'água máximos da Bacia do Negro em Manaus (médias das máximas) é 27,76 m, com desvio padrão de 1.13 m. A cheia que terminou no dia 01 e junho, com um pico de 28,10 m, apresenta um nível 34cm maior que essa média. Por outro lado, ela ficou 1,59 m abaixo do nível atingido em 1953, ano da maior cheia observada e 0,97 m acima da cheia de 2004. As características históricas da estação fluviométrica do Igarapé do Mindu é feita pelo Road Way (Porto de Manaus), onde são feitas as observações desde 15/09/1902.

A própria frequência de cheias de magnitudes consideradas potencialmente danosas, que se situa em torno de onze anos, pode ser creditada também, a vastidão da bacia hidrográfica e à sua pequena declividade. O tempo médio de subida das águas é de cerca de 7,5 meses.

As cheias que ocorrem na orla do Igarapé do Mindu e seus entornos são devido, em grande parte, à profusão de água do Rio Negro e dos seus afluentes da margem direita e em menor proporção, aos tributários da margem esquerda. São enchentes que apresentam um longo tempo de percurso, devido ao gigantesco tamanho da bacia hidrográfica e à pequena declividade, observada nos leitos dos seus principais corpos d'águas, e isto facilita a sua previsibilidade com vários dias de antecedência.

Conforme o Jornal do Comércio (2007), até o início da década de 1960, as águas dos Igarapés de Manaus eram consideradas límpidas e as pessoas costumavam colocar seus potes

de barro nas canoas para apanhar a água de beber ali mesmo, no ‘meio’ do rio, que também servia de local de pesca para os moradores. A cidade de Manaus apresenta locais de riscos de desastres naturais, tanto em termos de deslizamento, como de alagamentos, além de incontáveis áreas insalubres. Vejamos o que falou um dos nossos entrevistados do Jardim Primavera:

A nossa situação é de calamidade, e a cada dia piora. Os órgãos competentes só tomam medidas paliativas e não resolvem nada. Quando as casas estão alagadas o sofrimento é grande. Nem penso em comprar móveis pois é só para perder. A minha mobília está toda destruída. E depois da alagação a lama toma conta da casa. Aí aparece rato, cobra, sapo e muito inseto. (D.L entrevista/2007)

Esta imagem retrata a situação dos moradores:



Figura 06: Transbordamento do Igarapé do Mindu- Conjunto Barra Bela
Fonte: Jacira Lima, 2006

Até o início da década de 1960, as águas dos Igarapés de Manaus eram consideradas límpidas e as pessoas costumavam colocar seus potes de barro nas canoas para apanhar a água de beber ali mesmo, no ‘meio’ do rio, que também servia de local de pesca para os

moradores⁹. A cidade de Manaus apresenta locais de riscos de desastres naturais, tanto em termos de deslizamento, como de alagamentos, além de incontáveis áreas insalubres.



Figura 07 - Transbordamento do Igarapé do Mindu (bairro do Parque Dez)
Fonte: D. Jacira (2007)

O uso do solo próximo da orla do Igarapé do Mindu é de ocupação horizontal de alta densidade, caracterizada pela boa acessibilidade e presença de novos empreendimentos imobiliários, de potencialização à centralidade.

Temos observado o esforço das autoridades, visando minimizar os impactos ambientais causados aos nossos corpos d'água urbanos. Isso deve ser continuado e ampliado. Entretanto, temos que nos antecipar ao problema da poluição dos igarapés. Temos que somar esforços no sentido de evitar que cursos d'água totalmente degradados sofram impactos maiores e devastadores.

De acordo com os moradores do conjunto residencial jardim Primavera e Barra Bela, que são as áreas das circunvizinhança do Parque Municipal do Mindu mais afetadas pelas águas, toda vez que chove em Manaus, a chuva é sinônimo de preocupação e tristeza. O Igarapé do Mindu transborda deixando ruas e casas alagadas; a água chega a atingir um metro de altura no mínimo, além de destruir eletrodomésticos e além da perda material, os moradores temem o risco de vida. A moradora Jacira Lima relata que,

⁹ Cf. Jornal do Comércio / 2007 .

Com a água da chuva, a minha casa é invadida por vírus e insetos infectados, principalmente, os da malária. Todos nós corremos riscos de ficarmos doentes. Minha mãe aos 84 anos, pegou malária. Meu sobrinho, de 25 anos foi infectado por meningite. Isso, sem citar a quantidade de vizinhos que, por vezes contraiu dengue e malária. Nós vivemos, hoje, em risco iminente (J.L entrevista /2007).

Os moradores dos conjuntos citados permanecem nos espaços próximos às margens, facilmente susceptíveis aos focos de malária, febre amarela e outras pragas de mosquitos e insetos. Oliveira (2003, p.29) assinala que,

[...] a relação entre o homem e a natureza predominante na Amazônia teve e continua tendo como principal característica a tendência à degradação, demonstrando que a persistência do mito da produtividade ilimitada e a imposição de um urbanismo segundo modelos preestabelecidos constituem-se em alguns dos maiores equívocos do nosso tempo, culminando num emaranhado de ações que determinaram novas relações sócio-espaciais modificadoras da natureza ,da paisagem urbana e, principalmente, dos modos de vista.

Segundo o autor a paisagem está para além da aparência e por isso sua discussão enquanto urbano tem que ser vista a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades.



Figura 08 –Despejos de efluentes industriais lançados no Igarapé
Fonte: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

De acordo com os estudos de Branco (1997), na cidade, tudo é descartável, as garrafas de PET e outras embalagens vão tudo para o lixo e necessariamente para os igarapés, que fazem represar a água do igarapé e causam alagamentos durante o fluxo maior de água quando chove. E com isso é comum o aparecimento de casos de doenças.

A foto retrata o quanto a degradação do Igarapé do Mindu tem afetado drasticamente a biodiversidade aquática e causado sérios problemas de saúde pública. A eutrofização¹⁰ das águas – uma consequência direta do crescimento urbano e populacional associado à falta de saneamento básico – é entendida como um conjunto de fatores de deterioração desse curso d'água. De acordo com o autor (1930, p. 240),

As águas que caem, na forma de chuva, sobre uma determinada área de solo seguem 3 destinos diferentes: parte delas evapora-se de novo para o ar; outra parte escorre, na forma de enxurradas, para o rio mais próximo; a terceira parte infiltra-se no solo. Dessa parte infiltrada, que encharca o solo como se ele fosse uma esponja, uma porção, que constitui o lençol freático, vai sendo lentamente cedida aos rios, alimentando-os. Mas essa parte que se infiltra no solo depende, de maneira decisiva, do grau de permeabilidade do próprio solo, que pode ser alto, se regiões significativas da cidade são formadas de gramado, parques ou áreas verdes; ou ser reduzido a zero, se a cidade for toda construída, asfaltada, impermeabilizada.

As águas que iriam infiltrar-se, encharcando o terreno ou penetrando nas plantas, irão escorrer imediatamente para o rio, enchendo-o até o transbordamento. Para enfrentar o problema, torna-se mister adotar e implantar políticas públicas de saúde e saneamento, garantindo o manejo das bacias hidrográficas e a proteção dos recursos hídricos, essenciais aos ecossistemas e à população. O fenômeno, no entanto, não é específico de Manaus: vem ocorrendo com frequência nas cidades brasileiras, seja qual for o seu tamanho. Bacon (1979) dizia que para se dominar a natureza é preciso primeiramente obedecê-la.

É notória a constatação de que as construções de edifícios, a pavimentação – especialmente o asfalto – de ruas e avenidas, o cimentado do estacionamento dos conjuntos fechados, constituem a principal causa do transbordamento dos rios e das conseqüentes inundações.

¹⁰ **eutrofização** ou **eutroficação** ao fenômeno causado pelo excesso de nutrientes (compostos químicos ricos em fósforo ou nitrogênio, normalmente causado pela descarga de efluentes agrícolas, urbanos ou industriais) num corpo de água mais ou menos fechado, o que leva à proliferação excessiva de algas, que, ao entrarem em decomposição, levam ao aumento do número de microorganismos e à conseqüente deterioração da qualidade do corpo de água (rios, lagos, baías, estuários, etc).



Figura 09 - Residência de uma moradora do Conj. Jardim Primavera
Foto: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

Os moradores do bairro Parque Dez (em particular, os dos conjuntos Jardim Primavera e Barra Bela) reclamam com a atual situação do Igarapé do Mindu, o cenário é um dos mais caóticos para uma parte da população, o cheiro fétido, a lama, o barro, buracos que se assemelham a crateras e alagações fazem parte da vida cotidiana daquelas pessoas que ali residem.

Esta residência situada no conjunto Jardim Primavera encontra-se fechada pois a moradora contraiu rota vírus¹¹ e passou cinco dias desacordada com problemas psicológicos por conta da alagação que destruiu todos os seu bens. Ela viu-se obrigada a alugar outro imóvel no conjunto Eldorado (Parque Dez). Vejamos o que esta moradora nos diz: “Minha casa está destruída. Eu tenho pavor de água, até hoje meu coração dispara. Minha casa tem 2 suítes, 2 quartos, área de serviço completa, garagem e agora pago 700 reais em aluguel.” (M.N.S.entrevista/2008)

¹¹ Os Rotavírus são um grupo de vírus de genoma de RNA dupla fita (dupla hélice). Não possuem envelope bilipídico e são extremamente resistentes. Possuem forma icosaédrica. Possuem um período de incubação de 4 a 10 dias.



Figura 10 – Despejos de efluentes industriais lançados no Igarapé

Fonte: Sr. Rezzuto /2008

Esta figura é ilustrativa do nível da poluição no Igarapé que deixa as águas escurecidas, exalando mau cheiro insuportável e produzindo uma espuma branca nas passagens das corredeiras. Santos (2007, p. 34) assegura que ,

A bacia dos igarapés já foi um dos refúgios de vida aquática mais importante da hidrografia manauara. No último meio século, porém, sofreu todo tipo de agressão ambiental, desde os desmatamentos para a produção de lenha às invasões e assentamentos desordenados. Embora a degradação tenha foco na pressão antrópica social, um fator paralelo pesa igualmente na poluição de suas águas: o Pólo Industrial de Manaus.

Esta autora associa a degradação ambiental com a existência de muitas multinacionais de grande porte e suas tecnologias aplicadas ao processo produtivo, que interferem no meio ambiente. Segundo ela, o processo de instalação dessas indústrias não foi acompanhado por políticas ambientais que resguardassem o meio ambiente.

Pelo fato de as indústrias utilizarem em seus processos produtivos grandes quantidades de água limpa, do seu uso resultam efluentes geralmente contaminados por

produtos químicos. Lançados no curso dos igarapés, esses efluentes causam a degradação do sistema aquático, levando-os à morte.



Figura 11 - Degradação do Igarapé do Mindu
Fonte: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

A implantação do Pólo Industrial de Manaus, acentuou a degradação do ambiente urbano com a contaminação química expelida pelas indústrias.

Oliveira (2003, p.159) afirma que “as novas formas do espaço urbano são desenhadas a partir de ações que desconsideram a importância dos igarapés para a população local”.

O autor compreende que os planos urbanísticos executados na cidade foram causadores de graves problemas ambientais, criando um verdadeiro caos urbano, sendo levadas em consideração apenas às prioridades econômicas, o que teve como consequência as perdas dos valores ambientais.

2.2 - Os corredores ecológicos e as problemáticas ambientais dos moradores do entorno do Mindu.

Em Manaus o Projeto Corredor Ecológico Urbano nasceu dos anseios da população em proteger os remanescentes de matas ciliares ao longo dos igarapés. O Plano Diretor da

Cidade (Lei 671/02) previa em seu art. 56 a criação de Corredores Ecológicos, o que foi regulamentado através do Decreto Municipal 8.352/2006.

Em 26 de outubro de 2007 a Prefeitura Municipal de Manaus, através do decreto nº 9.329, efetivou a criação do primeiro corredor Ecológico Urbano do Brasil, o Corredor Ecológico Urbano do Mindu.

Os Corredores Ecológicos são porções naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que necessitam para sua sobrevivência de áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais.

O Corredor Ecológico Urbano do Mindu está situado nas zonas centro-Sul, Leste e Norte da Cidade de Manaus, com aproximadamente 198 há (Cento e noventa e oito hectares). Na área compreendida pelo corredor Ecológico Urbano do Mindu estão inseridas duas Unidades de Conservação, o Parque Municipal do Mindu, ponto de referência ambiental na área urbana e a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Honda¹² (Corredores Ecológicos Urbanos – Secretaria Municipal do Meio Ambiente – 2008).

As informações obtidas junto ao Parque Municipal do Mindu dão conta de que com a implantação dos Corredores é possível disciplinar o uso e ocupação do solo nas zonas de proteção do Corredor Ecológico do Mindu, a fim de prevenir o assoreamento e a poluição dos cursos d'água afetados; serve também como bacia natural de contenção do excesso de água durante as chuvas, contribuindo para diminuir os riscos de alagações em outros locais. Isto poderá garantir a cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio médio e avançado de regeneração, propiciando habitat ou servindo de áreas de trânsito para a fauna residente.

Manaus, hoje é a primeira cidade do Brasil que possui Corredores Ecológicos Urbanos, ou seja, áreas contínuas de mata preservada e protegida no meio da zona urbana da cidade. A primeira delas é o Igarapé do Mindu, em toda sua extensão.

O Chefe de Núcleo de Proteção do Parque Municipal do Mindu Sr. Rodrigo Tacioli Serafini, ao ser inquirido sobre os Corredores Ecológicos sustenta que,

A importância do projeto dos Corredores Ecológicos passa pela preservação das matas ciliares ao longo do igarapé e pelas atividades de educação ambiental junto à população do entorno. Com os Corredores Ecológicos é possível a manutenção da mata ciliar nas margens do igarapé; melhoria do

¹² Empresa que compõe o Pólo Industrial de Manaus – PIM.

clima, pela retenção de umidade do solo e do ar; contenção contra invasões ;embelezamento das áreas de seu entorno; amortecimento de ruídos, redução na velocidade do vento e conseqüentemente abrigo à fauna. Alguns moradores estão a favor dos Corredores e outros não, mas de qualquer forma em relação ao problema deles não existe nenhum projeto neste sentido. Quanto a ações de caráter educativo, temos o Domingo no Parque, que desenvolve atividades com o objetivo de despertar a consciência ambiental., realizando atividades educativas com as crianças (R.T.S, entrevista/ 2008).

Com efeito, o que se percebe é que para o Poder Público a implantação dos Corredores só vem a beneficiar os moradores e ao próprio Parque. Não é o que pensam os moradores e o próprio Agente Ambiental do Parque, tão acostumado com as reclamações e conhecedor da realidade no qual a área de entorno estudada vivencia. Carlos (2001, p.134) assegura que,

planeja-se os espaços sem nem sequer pensar na existência de vontades e necessidades do cidadão, muito menos de seus sentimentos diante das efemeridades das formas construídas, sempre cambiantes, que marcam o cenário da modernidade , patrocinada pelo desenvolvimento técnico, embalada pela ideologia do progresso, que tem na metrópole sua expressão mais acabada.

Segundo o autor, a paisagem urbana expressa, em suas formas construídas, as metamorfoses que apontam o processo de ajuste da sociedade às reviravoltas que dá o capitalismo e a sua estética de dominação , acentuando a fragmentação e a segregação espacial.

O Agente de Defesa Ambiental do Parque Municipal do Mindu, Sr. Rezzuto, que é um dos mais antigos e profundo conhecedor do Parque e da problemática que envolve os moradores dos conjuntos citados, ao ser inquirido sobre a implantação dos Corredores Ecológicos argumentou que ele é mais contra do que a favor. Vejamos:

Há mais dificuldades pois sem o corredor nós já tínhamos um grande trabalho para controlar a população e agora com o corredor tudo fica muito exposto. Aqui existe uma rica flora, com buritis, açazeiros, patauazeiros, angelins, paus d arco, sucupiras entre outras e não temos segurança devida para proteger e ainda mais o Parque abriga uma dezena de aves , além de preguiças, tamanduás, cotias, pacas e uma significativa população do mascote da cidade, o sauim de Manaus e isso vai mexer com toda essa estrutura.. Temos dificuldade no controle. E o que é pior, continuarão as alagações no Jardim Primavera e Barra Bela, até porque a SEMMA não toma providências em relação a construção de condomínios e agora vão construir uma empresa de automóveis e isso só prejudicará mais ainda a situação dos moradores. Para mim, a floresta vai ficar muito exposta. (R.D. entrevista/ 2008).

Branco (1991, p. 39) chama atenção para o fato de que na floresta ou nos bosques naturais é importante a manutenção das espécies originais porque delas depende o equilíbrio ambiental, mantido pelas relações obrigatórias entre essas espécies. Assim, os insetos, os roedores ou os pássaros dependem da existência de certas espécies de frutas ou folhas para a sua alimentação.

Segundo o autor, são essas cadeias de alimentação, portanto, que mantêm o equilíbrio ecológico da floresta. Se são substituídas as espécies de plantas originais, tudo se altera.

O autor assinala que se a ação do homem tende ao desequilíbrio, o ambiente natural certamente reage, trazendo efeitos inesperados para o meio ambiente construído e seus ocupantes: inundações, erosão, enchentes, ambientes internos insalubres.

Não se trata, da simples constatação de que devemos preservar espaços verdes nas cidades, o que é reconhecido até em propostas urbanísticas essencialmente antiecológicas, mas de assimilar que as cidades elas próprias constituem um ecossistema.

Portanto, deve-se sublinhar que o poder público não está conseguindo resolver o impasse quanto à implantação dos corredores ecológicos junto aos moradores, pois os mesmos compreendem a importância dos corredores, contudo, não conseguem compreender o benefício que possam usufruir com a implantação.

Pois, por ser uma Área de Preservação Permanente, não se pode tocar e então eles questionam: Se não é possível realizar uma dragagem de acordo com as necessidades dos moradores do entorno do Mindu em função da proteção da área, porque permitem construir condomínios que com certeza ocasionará impactos a natureza? Ou seja, as limitações impostas às obras em decorrência do Corredor Ecológico, parecem não se aplicar à outra margem do Igarapé do Mindu, onde estão localizados condomínios de luxo como o Greenwood, o Vila Rica e o Motel Le Baron.

Esses empreendimentos têm realizado obras de expansão que prejudicam o Igarapé. Durante o período das cheias a água tem apenas uma direção: a outra margem, onde estão localizados os condomínios Jardim primavera e Barra Bela. Some-se a isto a existência de autorizações de novas construções, o que vem agravar a situação de risco aos moradores dos referidos conjuntos habitacionais.

Nascida em Pernambuco, a senhora Jacira Lima veio com sua família para Manaus e já é moradora do entorno do Mindu há 22 anos. Hoje, ela desempenha o papel de Representante dos moradores dos conjuntos habitacionais Jardim Primavera e Barra Bela, Ela nos conta a sua história nos seguintes termos

Meu pai ficou muito admirado com a cidade de Manaus, ele nunca viu tanta fartura. Ele dizia: aqui é terra para se viver. Você não vê ninguém pedindo pelas ruas, e quando vê é muito pouco. Meu pai sempre gostou muito de ajudar as pessoas. Onde agente morava em Pernambuco, sempre vinham pessoas nos procurar, para pedir sal, feijão, arroz e como o pai tinha uma certa condição financeira, ele sempre ajudava. Então eu nasci vendo isso. Por isso todos que vêm a minha casa eu estou pronta para ajudar. Pode ser quem for eu ajudo. E brigo mesmo pelos nossos direitos. Tudo que acontece relacionado ao Parque, eu estou sabendo Aqui todos me conhecem. (J.L entrevista /2007).

Fica a impressão de que a vida era tão dura na terra natal , que uma viagem destas era uma oportunidade de descanso e lazer.

As afirmações que teriam sido feitas pelo pai de dona Jacira, o senhor Antônio, um pernambucano que veio do nordeste retrata seu modo de ser arraigado a um tipo de humanismo solidário que combina bem com a generosidade hospitaleira dos moradores de Manaus. A nossa entrevistada diz que ‘quem vem do Nordeste se dá muito bem e é até mais fácil de ganhar dinheiro’ Isto retrata bem a expectativa social sobre a cidade de Manaus e o modo como os moradores desta cidade acolhem os retirantes, sempre solidários em suas necessidades. Esta postura influenciou consideravelmente o comportamento de Dona Jacira no tocante a solidariedade ao extremo que ela compartilha com os moradores, cedendo sua casa para aniversários, reuniões e até velórios.

Torres (2005, p. 21) afirma que “os nordestinos trouxeram consigo a sua culinária, o seu folclore, mitologia, a sua religiosidade popular e toda uma experiência de sacrifícios que eles assimilaram como estratégia de sobrevivência em meio ao sertão árido e ao fenômeno da seca”.

A autora afirma que os nordestinos e sua descendência assimilaram e se amalgamaram à cultura do caboclo amazônico preservando, certamente, algumas características autóctones. Diria mesmo que esse contingente de migrantes incorporou o *modus vivendi* do caboclo amazonense, inclusive no que diz respeito à relação com a natureza e seu cariz mítico.

Os dados de nossa pesquisa realizada junto aos moradores do entorno do Mindu, revelam que, dentre o universo amostral de 42 famílias impactadas pelas inundações, somente 12 encontram-se lutando ativamente por mudança e melhoria na qualidade de vida em que se encontram. Dona Jacira relata que,

nós aqui do conjunto Jardim Primavera e Barra Bela, imploramos por uma drenagem no Igarapé do Mindu. Há mais de 10 anos os nossos pertences

são destruídos pela invasão das águas das chuvas sem poder . Sempre realizamos passeatas em frente ao Parque e nada de solução para nosso problema. Em 2006 eles estavam reformando o Parque pela construtora J. Nasser e gastaram muito. A obra incluiu a construção de um novo ginásio fechado, reforma nas dez passarelas que dão acesso às trilhas, reconstrução do orquidário, ampliação da biblioteca e criação da estação de fluentes ecológicos. Por várias vezes, já solicitamos à SEMOSB o envio de máquinas para a limpeza do igarapé, mas foi em vão. Há um ano, estive com o secretário de obras, Porfírio Lemos, e ele não deu a mínima importância. Desde então, ele marca as audiências e depois as cancela sem a menor explicação, afirmou a dona da casa, Jacira Lima, , moradora, há 20 anos, do conjunto Jardim Primavera (J C. entrevista / 2007).

Este estudo acerca da problemática das inundações, destaca o quanto a vida urbana é complexa e alicerçada sobre diversos conflitos e problemas que afetam a qualidade de vida de seus habitantes.

Esses problemas foram o resultado do processo de consolidação das áreas urbanas como espaço importante para a expansão do capitalismo e reprodução da vida social.

Lefebvre (2001, p.122) assinala que “o modo como se faz o planejamento da cidade, além de desconsiderar o habitante, destrói ‘seus rastros’ em nome da ‘estética da via expressa’ ; a ação de habitar, reduzida a uma fração vazia de conteúdo, é desvinculada da reprodução da vida e, conseqüentemente, das relações que se estabelecem no e a partir do ato de habitar”.

O autor entende que o saber que justifica a ação política, tornando-a necessária, dá a aparência de compromisso do poder público com a sociedade; em realidade, pensa-se e age-se, na metrópole, com base em alianças de compromissos e necessidades de classe, travestidos no discurso da ação direcionada aos ‘interesses da sociedade’ visando a instauração plena da modernidade no território.

Já a senhora Francisca Almeida relatou-nos como é trabalhar na residência de Dona Jacira:

Trabalho com Dona Jacira, e tomo conta da mãe dela , pois gosto muito de trabalhar com idosos, mas tenho pena dessa família. Aqui é muito difícil viver, pois é toda hora essa lama no quintal e esse mal cheiro. Qualquer chuvinha que ocorre, é horrível, é muito inseto, o cheiro aumenta. Meu marido me falou que se soubesse que eu viria trabalhar num lugar que alaga, ele não teria deixado eu vir, pois ele sabe que posso adoecer aqui (F.A entrevista/2008).

Vale ressaltar que a entrevistada encontra-se trabalhando há pouco tempo na residência de dona Jacira e provavelmente ainda não presenciou uma alagação, entretanto já sentia-se sensibilizada com a situação.

O comerciante Francisco Xavier, morador do conjunto Jardim Primavera, 58 relata:

Apesar das casas quitadas e dos impostos em dia, não temos atenção do setor municipal. Eles afirmam que o problema existe há anos e, mesmo assim, nenhuma gestão municipal nos oferece ajuda definitiva. Pagamos Imposto sobre as Propriedades Predial e Territorial Urbano (IPTU) todos os anos. Cumprimos com os nossos direitos, infelizmente isso não é recíproco. A prefeitura chegou a enviar um grupo de servidores para limpar a parte externa do igarapé, mas não foi suficiente. Precisamos que máquinas entrem no local para remover toda areia, barro e lixo acumulado no interior do igarapé, aqui as pessoas adoecem, é dengue é tudo e ninguém toma providências. Quando se reclama das alagações sempre privilegiam os lugares mais pobres como se nós fôssemos ricos e pudéssemos mudar a situação em que nos encontramos. E o prejuízo que temos? e as doenças a que somos submetidos? E parece que não temos saída porque a tendência é piorar a nossa situação (F.X entrevista/2008).

Nesta fala, observamos o quanto a problemática das enchentes tem causado um quadro cada vez mais complexo de problemas que causam prejuízos de ordem econômicas, assim como danos sociais e de saúde pública.

As situações de risco e de pontos sujeitos a inundação e alagamentos têm incrementado e o número de episódios é aumentado, ampliando a situação de vulnerabilidades urbanas.

As enchentes e inundações são principalmente causadoras de danos materiais e prejuízos econômicos, mas também de doenças provocadas por veiculação hídrica.

Em relação à poluição hídrica na bacia hidrográfica do Mindu está diretamente relacionada com o despejo de substâncias poluentes e resíduos sólidos diretamente nos corpos d'água e nas galerias de drenagem de águas pluviais ou sobre as áreas impermeabilizadas e desmatadas decorrentes das atividades urbanas.

Carlos (2001, p.50) assinala que “a cidade, em sua pluralidade e multiplicidade, revela o destino do homem. Nessa perspectiva, é antes vida, ação, construída sobre a dialética entre produção/apropriação/reprodução. Mais do que uma forma material, uma morfologia, a problemática sobre a cidade se revela como problemática urbana, isto é, transcende a cidade para focar o homem e a sociedade urbana”. A senhora Raimunda Oliveira, residente do conjunto Jardim Primavera informou que,

além da perda material, tememos o risco de vida. com a água da chuva, minha casa também é invadida por bactérias, vírus e insetos infectados., principalmente, os da malária.Todos nós corremos risco de ficarmos doentes. Minha mãe, aos 84 anos, pegou malária. Meu sobrinho, de 25, foi infectado pela meningite de vizinhos que, por vezes, já contraíram dengue

e malária. Nós vivemos, hoje, em risco iminente. Aqui na época das chuvas o odor exalado do rio é tão forte que chega até o Supermercado Veneza. Há muitas reclamações também em relação ao Motel Le Baron que construiu uma obra que desviou o curso do rio e tudo isso piora nossa situação, nossa saúde. Penso que além de realizarem uma dragagem completa, é preciso educar os moradores desde a nascente do igarapé para terem consciência sobre o lixo lançado nas margens. Essa situação deve ser resolvida (R.O entrevista / 2008).

Este dado revela a existência de um interesse da comunidade na solução desse problema, e se sugere a necessidade de que o poder público exerça um papel mais indutivo através também de campanhas educativas, assim como de um permanente estímulo a co-responsabilização dos moradores na prevenção da desordem ambiental e dos seus efeitos sobre os mesmos.

O senhor Pedro Martins, um paulista residente no conjunto Barra Bela, Paulista, nos deu o seguinte quadro de informação.

colocamos advogados para pedir indenização dos danos causados; não para sair. Não queremos sair. E o pior é que se alguém quiser comprar uma casa não compra por mais de 80 mil... de 15 a 39 mil devido o problema das inundações. O prefeito já esteve no local e se manifestou e colocaram as máquinas. E foram embargadas. A SEMMA já esteve no local mas entrou com uma ação de embargo e também o IPAAM. Foram contra a dragagem, para não matar a mata ciliar e aí o prefeito aconselhou para dar entrada no Ministério Público e o Ministério estipulou uma quantia de mil reais ao dia a ser revertido a favor dos moradores até que fosse resolvido o problema. Como não tínhamos advogado, eles cancelaram a multa. Há 3 anos fomos ao Ministério Público; entramos com o pedido de indenização do imóvel, por perdas e danos morais e processo de indenização do imóvel no valor comercial (o IPTU quer pagar as casas que não alagam 100 mil reais e as que alagam 40, 50 mil reais) e nós não aceitamos; queremos o valor de 100 mil reais e o processo está em andamento. Entramos no fórum do Ministério Público do Meio Ambiente e iremos receber agora o número do processo. Somos 12 moradores (P.M entrevista /2008).

Esse relato exemplifica o quanto a situação é angustiante pois mesmo que eles aceitem as indenizações, suas casas serão totalmente desvalorizadas, e visto que o IPTU só aceita o pagamento entre 40 a 50 mil às casas que alagam, o prejuízo será exorbitante em se tratando de casas que chegam a 100 mil reais.

Carlos (2001, p. 134) assegura que planeja-se o espaço sem nem menos sequer pensar na existência de vontades e necessidades do cidadão, muito menos de seus sentimentos diante da efemeridade das formas construídas, sempre cambiantes, que marcam o cenário da

modernidade, patrocinada pelo desenvolvimento técnico, embalada pela ideologia do progresso, que tem na metrópole sua expressão mais acabada.

O autor chama atenção para o fato de que assiste-se hoje à realização de um ‘urbanismo’ que abdicou de seu possível papel social para se subjugar ao político e a sua estética de dominação, acentuando a fragmentação e a segregação espacial.

A representante dos moradores, dona Jacira Lima, foi agora eleita Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Corredor Ecológico do Mindu e do Parque Municipal do Mindu (2008). Ela relatou o seguinte:

Eu não queria aceitar esse título, pois apesar de compreender a importância dos Corredores sei que ele não trará nenhum benefício para nós moradores mais como sei que terei atribuições que podem nos beneficiar, aceitei, mais de uma coisa tenho certeza, os Corredores Ecológicos e a Avenida das Torres, da forma como está sendo feito, só vai aumentar o nível de água do conjunto. A Solução deveria ser a seguinte: retirar todo o aterro colocado ‘ilegal’ e a dragagem ser realizada o máximo possível, até deixar no antigo leito do Mindu ‘pedra’ (J.L entrevista / 2008).

Carlos (2001, p.131) sustenta que, a cidade, nascida da história da civilização, como obra humana, reduz-se ao plano físico de um espaço organizado sob a égide de um urbanismo racional, em que o Estado se encarrega de enfrentar e resolver os problemas urbanos reorganizando a prática socioespacial, a vida cotidiana, por meio das mudanças nas formas de apropriação da metrópole, sem críticas.

O autor compreende que a particularidade do espaço se reduz ao estritamente formal e racional, sob discurso da busca de uma solução técnica e racional para resolver os problemas da metrópole de modo pontual.

De acordo com a Minuta do Regimento Interno do Conselho Consultivo do Corredor Ecológico Urbano e Parque Municipal do Mindu (2008, p.01), para consecução de suas finalidades, o Conselho pode sugerir, promover, colaborar, coordenar e gerir ações e projetos visando:

I - A defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente do CEUM/ Parque Municipal do Mindu;

II- Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ecológica e educação ambiental sobre o patrimônio natural do CEUM/Parque Municipal do Mindu junto as comunidades locais e visitantes;

III- Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, quando couber, o seu caráter participativo.

IV- Avaliar o orçamento e o relatório financeiro anual da unidade.

V- Acompanhar as ações das instituições que compõem este Conselho Consultivo do CEUM;

VI- Elaborar e aprovar, ou propor alteração no seu regimento interno;

VII- Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com os diversos segmentos sociais da Unidade de Conservação;

VIII- Promover a ética, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;

IX- Apoiar, fomentar e incentivar estudos e pesquisas que dêem suporte técnico e científico a execução de seus projetos, programas ou planos de ações.

Também é importante que se reforce a importância de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana, e que se estimule crescentemente ações preventivas, não descuidando a necessidade de lidar com as ações corretivas.

O principal desafio que se coloca nos dias atuais é que a cidade crie as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas margens de Igarapés.

A Legislação Ambiental Brasileira (2001, p.1) “expressa a convicção de que os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenação.”

Dona Jacira, a atual Representante dos moradores do Mindu, relutou em fazer parte do Conselho Consultivo, pois ela sempre foi contrária as determinações da SEMMA e sempre lutou pelos moradores, contudo ao conhecer melhor o Regimento, ela aceitou, mas é firme e autoritária em dizer: ‘Meu compromisso será sempre com os moradores’.

2.3 As relações de sociabilidade construídas pelos moradores do entorno do Mindu.

Em Manaus, o igarapé do Mindu é importante não apenas como componente do ecossistema, mas também como vias de locomoção, fontes de alimentos e água (para consumo

e uso doméstico) e áreas de lazer para o morador do bairro da capital amazonense, porém, a urbanização tem degradado severamente esse curso d'água.

Apesar disso, o estudo do Igarapé do Mindu, enfoca a poluição e o crescimento populacional do bairro. Com infra-estrutura urbana e sanitária deficitária, a cidade sofre com os problemas da poluição (o despejo dos detritos urbanos) nos seus igarapés.

A expansão da cidade tem sido intensa e descontrolada, em especial na orla do igarapé, o urbanismo entra em tensão no cotidiano do igarapé e nessa dinâmica, emerge o interesse da população pelo local. Neste sentido, desenvolvem relações de caráter local com o ambiente que as cerca, com o qual vivem, reiteradamente, situações de conflito e complementaridade.

As relações de homens e mulheres com o igarapé fazem parte de suas culturas, e entrelaçadas a significados e elementos simbólicos construídos, a partir da vivência e experiência com o elemento natural constituídos pela terra, floresta e rios. Estes elementos também são modeladores do traçado urbano e isto reabilita o imaginário social construído a partir do lugar de origem do interior amazônico. Carlos (2001, p.354) chama atenção para o fato de que,

A vida cotidiana nos coloca diante de um modo de existir em que o encontro se realiza dado um novo sentido, aproximando, identificando as pessoas, o que significa que pontuam a metrópole a consternação, a festa, a reivindicação, que irrompem na vida cotidiana, dando-lhe, ao menos temporariamente, um sentido diverso.

As reivindicações apresentadas pelos moradores do entorno do Mindu passam, sempre, por um desejo de encontrar uma solução para seus problemas, uma espécie de busca imaginativa para que a problemática seja resolvida na área e assim não precisamos sair dali. Em suas falas está presente, quase sempre, a lembrança das vivências e experiências vivenciadas no entorno do Parque.



Figura 12 - Conjunto Jardim Primavera – bairro Parque Dez
Arquivo: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

Outros fatores decisivos para a permanência dos moradores em suas residências estão associados às possibilidades de eles e seus familiares encontrarem-se residindo num local considerado seguro para seus filhos e as residências serem largas e aconchegantes. A possibilidade de saírem dali os inquieta consideravelmente, pois, a moradia próximo de áreas de conservação torna o lugar apazível e conseqüentemente com noites agradáveis em relação ao clima.

Há, também, por parte de alguns moradores, uma vontade latente de tomar iniciativa própria para conter as inundações, como por exemplo, construir um largo muro para abrandar as águas que invadem com tanta força seus espaços, porém, eles têm consciência que seria totalmente inviável esse tipo de atitude. Este anseio move moradores e quase todas as famílias atingidas pelas inundações, mas às vezes torna-se difícil suporta a essa situação. Por essa mesma razão, algumas pessoas deixaram suas casas e foram residir com parentes, outros alugaram casas à espera de uma solução para o problema.

Esta é uma das justificativas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa sobre o porquê de alguns moradores terem deixado suas casas. É o que narra a senhora Madalena Albuquerque de Souza, moradora do conjunto Barra Bela, inquirida sobre os motivos que a levaram a deixar o conjunto para voltar a viver com sua mãe:

Eu sofro muito neste conjunto, venho de vez em quanto aqui, adoeci nesta casa. Perdi meus móveis. Tive depressão e ainda estou doente. Venho aqui de vez em quando para ver como está a casa mas quero que alguma coisa seja feita. Eu não agüento mais viver assim. Minha casa aqui é grande, é

espaçosa, mas como conviver com tanta lama, ratos, baratas e até cobra já entrou aqui! Quando a água vem traz tudo. E ela é rápida, quando você menos espera a água já entrou e destruiu tudo. Não posso comprar nada. Como posso viver desse jeito? Quero uma solução mas não quero sair daqui. Sei que não encontro um lugar como esse, perto do verde, das matas. Aqui meus filhos podem brincar sem eu me preocupar com violência, mais não posso viver dessa forma (D.A.L entrevista / 2007).

Este dado mostra como as práticas sociais e o cotidiano criam a consistência do lugar e estabelecem relações com características próprias de experiências, idéias e opiniões.

A proximidade entre a residência e o igarapé causa certa cumplicidade e intimidade.

Carlos (2001, p. 279) lembra que “a vida cotidiana é o lugar onde se dá e se pode ler o conflito, a imposição da necessidade e sua superação, que explica a luta dos habitantes dos bairros atingidos pela manutenção do que denominam ‘qualidade de vida’- onde a vida ainda não se banalizou, onde a permanência mantinha a identidade.”

As relações e interações estabelecidas entre os moradores do entorno do Mindu expressam uma sociabilidade que desperta diversas formas que compõem a dinâmica urbana do conjunto, na qual atos simples como acordar, abrir a janela e visualizar o Parque estão carregados de significados que ultrapassam a razão prática do cotidiano, pois são constituídas de uma dinâmica específica de ocupação, vivência e transformação do espaço.

Calvino (2003 p. 97) relata que “em toda sua extensão, a cidade parece continuar a multiplicar o seu repertório de imagens: no entanto, não tem espessor, consiste somente de um lado de fora e de um avesso, como uma folha de papel, com uma figura aqui e outra ali, que não podem se separar nem se encarar”.

Para o autor a melhor idéia é percorrer as cidades não fisicamente, mas com o pensamento, pois a travessia não é física, mas interior. Para conhecer e entender as cidades é necessário manter o espírito em movimento, o olhar sempre novo, investigador, procurando descortinar o aqui, mas também o ali, o outro lado, o atrás, o acolá.

Oliveira (2003) assinala que “a análise de Manaus de hoje só é possível com a compreensão clara de como as formas pretéritas se refletem nas formas presentes”.

Para entender as relações de sociabilidade desses moradores não basta apenas observá-las. É preciso verificar sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação dos moradores em suas ruas, principalmente nos momentos mais difíceis, quando ocorrem as inundações.

É também aceitar o fato de que a cidade na qual vivemos, não apareceu no momento em que nascemos, já tinha uma história e certamente continuará a existir quando morrermos, porque seja ela pequena ou grande, permanece através de suas formas e suas contradições.

Poder-se-ia dizer, então, que o mundo se cria e se recria a partir das relações que o homem mantém com a natureza e da maneira como ele se constrói enquanto indivíduo. E nesse processo ele não só constrói o mundo, como também desenvolva um modo de entendê-lo e explicitá-lo enquanto possibilidade aberta à transformação.



Foto 13 - Residência de uma moradora do conjunto Jardim Primavera
Fonte: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

É nesta residência que os moradores dos conjuntos habitacionais estudados se encontram para jogar bingo, fazer churrascada, feijoada. Ou seja, para cultivar sociabilidade entre vizinhos e assim pode discutir problemáticas concernentes às inundações do entorno do Mindu. Carlos (2001, p. 252) assegura que,

a relação do habitante com o bairro não se circunscreve apenas ao plano da morfologia, mas diz respeito à constituição do universo que se delimita na construção de um cotidiano imposto, que enquadra as relações e os relacionamentos em novos parâmetros e que por isso também lança novos desafios.

A posição do poder público é deslocar os moradores dessas áreas, pois segundo a Semosbh, é muito difícil a solução para essa problemática por ser uma área de preservação permanente.

Para os moradores, o deslocamento acarretaria uma série de mudanças em suas vidas, atingidos sua subjetividade e cultura pois muitos nasceram à beira do igarapé e segundo eles não havia poluição no início da construção do Parque.

A Representante dos moradores relata como em uma alagação perdeu o seu principal meio de vida:

Todo o meu salão de cabeleireiro foi perdido, quando a chuva veio , foi rápida. Não deu tempo de levantar os móveis. Perdi tudo. Só eu sei o que passei. Perdi o meu meio de vida. Mas aqui todos gostam de mim. Os vizinhos sempre me ajudam e quando eu quero qualquer coisa ninguém me nega. Mas eles sabem que podem contar comigo pra qualquer coisa. Até briga de marido e mulher, eles me chamam para acalmar. Já fiz até casamento na minha casa. Até quando os vizinhos brigam, eles correm e me chamam. Eu gosto muito daqui e não quero sair. Meus filhos foram criados aqui, neste Parque, eles conhecem tudo aí dentro. Quando entra cobra aqui dentro de casa, eles pegam é com a mão (J.L entrevista / 2008).

Depreende-se, a partir desses dados, que o possível deslocamento dos moradores para outras áreas acarretará um vazio na vida dessas pessoas. O tom preponderante das falas é melancólico e preocupado. As pessoas estão vendo suas vidas se chocarem com a realidade que lhes vem sendo imposta pelas políticas oficiais de modernização da área.

A política ambiental e os projetos aprovados para o Parque do Mindu soam como algo inovador e avançado nos discursos do Poder Público, ao passo que os moradores não visualizam a solução para seus problemas. Jandira Freitas, repleta de tristeza e saudade dos tempos que não havia as inundações, revela que,

antes não existia essas alagações,e aqui era muito bom de se viver. Agora com a construção desses condomínios, fábricas, motel, tudo isso veio abalar nossa tranquilidade. Eles falam que não podem tocar nas áreas de Proteção Permanente, ou seja, não podem realizar uma dragagem de forma efetiva, só em caráter emergencial para não danificar a Área de Proteção Permanente. No entanto, eu só vejo construções sendo aprovadas e ninguém diz nada. Construíram um muro totalmente 'ilegal' e tudo ficou por isso mesmo (J.F entrevista / 2007).

A representante dos moradores dos conjuntos habitacionais estudados considera que há um preconceito de alguns moradores em relação à problemática das inundações. Segundo ela, por ser o Parque dez um bairro considerado de classe média, alguns moradores se envergonham de dizer que moram em área de alagamento e isso acaba inviabilizando ações mais concretas e consistentes, por conta de um número reduzido de moradores presentes nas reuniões.

De qualquer forma, existe uma solidariedade na vizinhança que nasceu em função dos problemas enfrentados com as alagações.

Quando ocorrem as inundações, os moradores avisam uns aos outros. Telefonam para seus trabalhos avisando-os sobre as chuvas e correm para auxiliar no levantamento das mobílias, eletrodomésticos entre outros.

Santos (2008, p.173) sustenta que, “o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e pelo vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro”.

Ao falar sobre o Parque os moradores estão falando de suas vidas, uma vida que não se realiza apenas num lugar enquanto cenário, mas na construção do humano, é por isso que o Parque e os referidos conjuntos habitacionais ganham relevância na vida de cada um.

As entrevistas revelam, uma relação de afetividade espacial onde a vida se desenrola em um lugar que permite sua realização e lhe dá sentido, criando laços entre as pessoas e o lugar. E é assim que os conjuntos habitacionais se revelam pleno de sentido:

Não quero sair daqui, e se for obrigada a sair desse conjunto, eu quero continuar no mesmo bairro. Aqui todos me conhecem, e é um lugar tranquilo. A noite posso ficar tranqüila pois me sinto segura e não sei como seria morar em outro lugar. Na hora da enchente um ajuda o outro (J.L entrevista / 2008).

A presença de um local onde os indivíduos possam estar em contato com a natureza, e se integrando de forma harmônica a esse meio natural, pode certamente contribuir e modificar a dinâmica e a qualidade de vida dos moradores, pois aqui o morar ganha sentido que lhe é dado pelo uso dos lugares que compõem o universo pessoal.

Para Carlos (2001) “a significância marcada pelo lugar onde se desenvolveu uma parte significativa da vida cria os símbolos do reconhecimento; a vida não se realiza suspensa no ar, mas enraizada em um lugar”. (CARLOS, 2001 p. 232).

O cotidiano que a primeira vista parece pouco significativo, repetitivo, é na verdade a espacialidade de construção das relações sociais.

O cotidiano possibilita a investigação da realidade, pois ela não está à margem da vida das pessoas, a realidade está em cada um de seus dias.

É no cotidiano que se vive e se buscam mecanismos que possibilitem a produção de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural, como nos ensina Oliveira (2003, p. 138):

O cotidiano é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia-a-dia, especialmente de uma cidade assinalada pelo signo da exploração, do colonialismo e da subalternidade. Mas, o cotidiano é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança de vida e de transformação do virtual que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, mas se refere às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste e com a sociedade que só se desenvolve tendo o espaço como meio e condição. Além disso, é no cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se, no caso da cidade de Manaus, às determinações de um planejamento funcionalista que desconsidera as alteridades e com isso impõe a homogeneização dos costumes e dos modos de vida. É no cotidiano que brotam as lutas e emergem as resistências.

É nesse cotidiano que os moradores do entorno do Mindu, ou seja, das áreas mais vulneráveis, buscam mecanismos que possibilitem a produção de uma nova vida em seu espaço.

O espaço se torna estratégico para a reprodução, imperativo para sua continuidade, agora em um outro patamar: o da economia globalizada. Carlos (2001, p.360) lembra que “a cidade nunca foi projeção passiva do conjunto social preexistente. Ela sempre acrescentou a essa projeção um princípio próprio de aceleração, de dinamismo, de desequilíbrio, de transgressão”.

A cidade foi e continuará sendo uma totalidade; algo mais que seus elementos estruturais e funcionais. Em síntese, pensar a cidade é refletir sobre o sentido da vida e como ela se realiza, significa pensar a plena dimensão do homem, o que revela a cidade como liberdade.

CAPÍTULO III: A NECESSÁRIA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO PARQUE DO MINDU

3.1 A política de desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas

A Amazônia é uma região complexa e de expressão mundial, e com processos econômicos em curso. É composta por áreas e populações urbanas, rurais e indígenas, de ocupação milenar, secular e contemporânea.

É premente a necessidade de a Amazônia ser desenvolvida a partir do livre exercício do aproveitamento econômico dos seus recursos naturais, com disciplinamento das ações de desenvolvimento econômico-social fundamentadas na ordem institucional de seus Estados.

O zoneamento ecológico-econômico é prioridade e condição básica para a reorganização do espaço da região e padronização de modelos compatíveis com sua preservação ambiental. Esta é uma outra forma de abordagem ambiental da Amazônia que consiste em relacionar ecossistema com desenvolvimento econômico.

Os problemas ambientais mais significativos encontram-se nas regiões industrializadas que oferecem mais oportunidades de emprego, renda e infra-estrutura social. O Amazonas se insere neste contexto em função da instalação do Parque Industrial de Manaus- PIM nesta capital.

Houve, nos últimos anos, um acelerado processo de mudança na estrutura produtiva nesta cidade que se fez acompanhar por um elevado padrão-tecnológico e densidade espacial.

Os fragmentos de áreas naturais protegidas podem contribuir para a relação harmoniosa entre o homem e a natureza, principalmente em regiões urbano industriais. O implacável processo de fragmentação da espacialidade justifica a importância da criação de Unidades de Preservação.

Segundo Megale (2002) o Estado do Amazonas possui a maior rede de áreas protegidas de florestas tropicais do mundo, à frente do Congo e da Indonésia que ocupam

respectivamente o segundo e terceiro lugares. As áreas protegidas do Amazonas equivalem a 49% do território do Estado, englobando 76,7 milhões de hectares.

Ainda segundo esse autor, em 2002, o Governo do Estado aumentou em 50% este número e a área das unidades de conservação estaduais, com a criação de 7 novas áreas, incluindo a maior reserva de desenvolvimento sustentável do mundo a do Cujubim, com 2,4 milhões de hectares, equivalente à metade da Costa Rica. Foram criados ainda o Parque Estadual Sumaúma (51 hectares), a Floresta Estadual de Maués (438.440 hectares), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (1.008.167 hectares) e a Reserva Extrativista do Catuá-Ipixuna (216.874 hectares), totalizando 4,2 milhões de ha. Há a previsão de criação de diversas outras florestas estaduais e RDS.

Assegurar a proteção dessas áreas por meio de uma gestão adequada é uma necessidade atual, uma vez que as atividades humanas vêm reduzindo gradativamente a capacidade de manutenção de vida em nosso planeta, enquanto o aumento da população e do consumo exercem pressão cada vez maiores sobre os recursos naturais.

A criação de unidades de conservação é uma das atribuições do Estado e deve levar em conta os interesses da sociedade. São áreas com características naturais de relevante valor, protegidas legalmente e mantidas sob regimes especiais de administração. Trata-se de conjuntos naturais representativos e instituídos para preservação, pesquisa, educação ambiental e lazer.

Quando falamos em Unidades de Conservação, devemos ter claro que elas consistem em áreas regulamentadas por leis em relação ao uso dos recursos naturais (terra, biodiversidade), podendo ser de âmbito federal, estadual, municipal ou particular.

Importantes áreas se enquadram nessa denominação de Unidades de Conservação: Estação Ecológica, Reserva Ecológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Parque Municipal, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área de Proteção Ambiental, Reserva Biológica, entre outros.

Basicamente, os objetivos das unidades são preservar a biodiversidade, proteger espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, preservar os ecossistemas, estimular o uso sustentável dos recursos e proteger paisagens naturais ou pouco alteradas. Giansanti (1998.p.90) lembra que,

A primeira unidade de conservação criada no Brasil foi o Parque nacional de Itatiaia, na serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, no ano de 1937, seguindo o modelo dos parques norte-americanos (para lazer e recreação das populações urbanas, contemplação e preservação de monumentos naturais). O movimento que defendia sua criação destacava a importância de um parque nacional. Até aquele momento a idéia de criar unidades de conservação já havia sido defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva, pelo abolicionista André Rebouças (o idealizador do Parque Nacional de Itatiaia) e pelo escritor Euclides da Cunha. Entre os anos de 1959 e 1961, foram criados 12 parques nacionais.

O maior impulso à criação de novas unidades de conservação surge com a elaboração, em 1979, do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação no Brasil, a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) então responsável pelos parques e reservas do país. Giansanti (1998, p. 91) acrescenta que,

No início dos anos 80, foram criados mais 8 parques nacionais e 6 reservas biológicas, localizados em sua maior parte na Amazônia. A partir de 1989, a criação e administração de unidades de conservação ficam sob a responsabilidade do IBAMA.

As unidades de conservação vêm para contribuir e fortalecer a identidade e a relação do homem com a natureza, perpetuando-se enquanto patrimônio material e imaterial que envolve o passado, presente e futuro das pessoas inseridas no seu entorno.

O despertar da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável da região pode transformar e valorizar a política de turismo regional, e interferir positivamente na política de sustentabilidade. Giansanti (1998, p.92) destaca que,

Os Parques Nacionais são áreas de extensão considerável, definidas pelo Código Florestal de 1965, criados pelo poder público com a finalidade de preservação ecológica e proteção de espécies raras, recursos hídricos e estruturas geológicas. Destinam-se ao lazer e à recreação, à pesquisa e à educação ambiental, estando vedadas quaisquer possibilidades de exploração ou extração de recursos.

A origem dos primeiros parques urbanos se encontra na Inglaterra (século XVIII) expandindo-se anos mais tarde para outros países da Europa. No continente americano eles surgem através do 'Movimento de Parques Urbanos', se espalhando por várias cidades. Segundo Melazo (2003, p. 01),

um outro tipo de parque urbano, e o mais funcional se relacionado à qualidade ambiental e de vida das populações, é aquele que tem como a principal finalidade, a conservação e preservação do ambiente natural. Estes geralmente utilizam atividades de lazer e educação ambiental para alcançar com mais eficácia seu objetivo, que é a conscientização das pessoas em relação à natureza e à sua preservação. A localização desses parques costuma ocorrer em áreas periféricas da cidade, onde geralmente ainda se preserva e abriga uma quantidade remanescente de vegetação nativa (ainda ameaçadas pela expansão urbana), fauna e flora e recursos hídricos.

Esses parques representam na dinâmica das cidades, um ‘espaço verde’ fundamental no contexto de crescimento e desenvolvimento econômico e urbano, pois através deles, proporcionam para a comunidade que os circunda como também para toda a cidade, um espaço destinado ao lazer, ao contato com a natureza, onde o homem se encontra totalmente inserido.

Em Manaus, um dos maiores parques urbanos do município é o Parque Municipal do Míndu que exerce uma função ambiental importante na vida da população, influenciando o lazer e o turismo ecológico. Criado em 1992, como forma de proteger o habitat do sauím-de-manauas, o parque tem uma área de aproximadamente 41 hectares de área verde, localizado no Parque Dez de Novembro. Administrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) é um dos últimos refúgios do sauím-de-manauas, macaco ameaçado de extinção (MANAUSTUR, 2007).

A arquitetura do parque procurou ser ambientalmente correta, buscando uma expressão generosa e criativa da modernidade ligada ao futuro da Amazônia. Suas estruturas dialogam com a floresta em forma de escala. Suas cores nos remetem às flores e aos frutos. Suas formas expressam um desejo de afirmação de uma nova identidade da Amazônia, associada a processos de desenvolvimento que sejam, ao mesmo tempo, auto-sustentáveis.

É composto por quatro ecossistemas: mata de capoeira secundária, mata de terra firme, mata de baixio e área degradada que sofreu desmatamento ilegal em 1989.

Sua estrutura física é composta por trilhas urbanizadas, biblioteca de meio ambiente, estacionamento, praças temáticas, orquidário, trilha suspensa, anfiteatro, sinalização educativa.



Figura 14 - Passeio do Mindu – bairro Parque Dez
Acervo Manaustur (2007)



Figura 15- Chapéu de palha - Parque Municipal do Mindu
Fonte - Acervo Manaustur (2007).

Conforme Giansanti (1998), as idéias precursoras do desenvolvimento sustentável (ou sustentado) são creditadas a um engenheiro florestal norte-americano Giffort Pinchot. Era o primeiro chefe do serviço de florestas do país, no século XIX, ele defendia, a conservação dos recursos apoiada em três princípios básicos: “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos” (GIANSANTI, 1998, p. 9).

Na verdade Pinchot foi uma das primeiras vozes a se levantar contra o desenvolvimento a qualquer custo, que caracterizava aquele período. Um século mais tarde, a expressão desenvolvimento sustentável consolidava-se como uma das palavras de ordem contra a degradação ambiental, presente em discursos oficiais e em documentos das conferências internacionais, no ativismo ambientalista-ecologista e na comunidade científica.

Entre esses dois períodos, ocorreu uma gradativa tomada de consciência da situação crítica de degradação ambiental, tendo crescido a sensibilidade ecológica em todo o planeta, havendo, pois, um aumento da percepção e preocupação das pessoas em relação à questão ambiental.

De tema pouco atraente nos anos 40 e 50, hoje esta temática mobiliza Organizações Não-Governamentais (ONGS), meios de comunicação, escolas, comunidades, movimentos sociais e muitos outros setores da sociedade.

O desenvolvimento sustentável surgiu no final da década de 80, como um paradigma para dar direção às nações, em favor da melhoria da qualidade de vida da população, sem prejudicar as gerações futuras. Isto significa que a dimensão econômica e social do desenvolvimento implica na objetivação ecológica da conservação dos recursos hídricos, na conservação da biodiversidade e preservação das florestas (VIANA, 2004).

Nos anos recentes houve grande aumento de interesse no mundo inteiro sobre as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento. No âmbito global, esse interesse atingiu o ponto alto com a realização, no Rio de Janeiro, em junho de 1992 da 'Cúpula da Terra' (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como a 'Rio 92' e 'Eco 92'). Oliveira e Guidotti (2000, p. 80) ponderam os efeitos dessa Conferência afirmando que,

Depois da Eco-92, apesar de alguns avanços importantes, percebe-se que relativamente pouca coisa foi feita para colocar em prática o desenvolvimento sustentável. Em praticamente todos os países inclusive no Brasil, persistem os mesmos modelos de crescimento econômico e padrões de produção e consumo que têm resultado em enormes desigualdades sociais e graves problemas de degradação ambiental. Um dos principais sintomas dessa problemática é a persistência de incoerência em diversas políticas governamentais, perante os objetivos do desenvolvimento sustentável.



Foto 16- Degradação do Igarapé do Mindu
Fonte: Eveline M. D. do Nascimento /2008.

Dona Maria Alves, moradora do conjunto Barra Bela ao ser inquirida sobre o Mindu, assim comentou:

É preciso conservar estes lugares, muita gente vem a este Parque para visitar, fazer pesquisa. De vez em quando tem ônibus lotado de alunos para conhecerem o Parque e aprenderem sobre como preservar a natureza. Mais também tem pessoas que depredam o parque. Arrancam as placas educativas, e isso não pode acontecer. É preciso mesmo educar as crianças para que tomem cuidado com o nosso patrimônio (M.A entrevista /2007).

Proteger novas áreas é importante, significa que uma porção maior do nosso território está mais protegida do que antes. Entretanto, não é suficiente. É necessário fazer com que as áreas protegidas saiam do papel e sejam bem administradas pelo poder público, para não serem saqueadas à luz do dia. Isso requer recursos expressivos.

Como os recursos são escassos em países com dívidas sociais enormes como o Brasil, precisamos de criatividade, profissionalismo e mudanças paradigmáticas.

Conservar as áreas protegidas é uma tarefa urgente. Elas compõem o imaginário da natureza primitiva, com suas espécies singulares e seus povos indígenas e populações tradicionais com características únicas e pouco afetados pela sociedade de consumo.

Representa, também, nossa esperança de sustentabilidade para salvar o Planeta combalido pelo uso não sustentável dos recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentávelⁱ comporta uma ruptura paradigma como as representações dominantes sobre desenvolvimento. De acordo com Castro (1997, p.10),

traduz, mais precisamente, a necessidade de ultrapassar a dicotomia instaurada entre natureza e sociedade como meio de reconciliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social. Porém, confrontar, em escala planetária a problemática sobre o meio ambiente com a questão do desenvolvimento não é um empreendimento de fácil alcance quando se sabe que nenhum modelo, até o presente, foi suscetível de satisfazer a essas exigências.

Qualquer proposta de desenvolvimento deverá levar em considerações a qualidade ambiental, estimulando os investimentos nas áreas mais adequadas e inibindo o programa de alto risco econômico, social e ambiental.

Assim, inúmeros e graves são os problemas que afligem tanto as populações urbanas como os povos tradicionais. O modelo de desenvolvimento possível de ser implementado na região deverá ter como fio condutor a questão étnica.

Manaus não é mais a mesma, como pontuamos anteriormente e esta mudança faz com que referenciais sejam perdidos, valores substituídos e que novas identidades sejam construídas e resignificadas, reformulando os espaços de representação e/ou os espaços vividos.

É através do espaço de representação que se pode ter uma compreensão da cidade no seu interior, e dela fazer uma leitura, pois é nela que melhor se observam como se dão as relações na sociedade, principalmente as que não estão estabelecidas objetivamente.

SACHS (2004, p. 14) enfatiza que o crescimento mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades sociais. É preciso que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais.

Qualquer perspectiva de desenvolvimento para a região deve estar racionalmente articulada com o paradigma da sustentabilidade. Isto não quer dizer que a sustentabilidade deva determinar os rumos a serem trilhados.

Quer-se reafirmar a necessidade de a comunidade científica interferir nos processos de formulações de políticas e nos rumos das decisões, incluindo a articulação com os

organismos internacionais na busca por soluções plausíveis para os problemas e demandas da sociedade.

E este é o desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis que possibilite a emergência de experimentos de modelos de desenvolvimento econômico mais integrados às realidades regionais e comprometidos com a preservação ambiental. Busca-se garantir ambientes sociais e culturais onde todos possam satisfazer as necessidades e aspirações sem diminuir e/ou comprometer o usufruto destes bens às gerações futuras.

A implantação de políticas públicas constitui uma demanda imperiosa para evitar o desperdício dos recursos públicos e estimular os processos de desenvolvimento sustentável meio ambiente.

É importante o envolvimento das comunidades locais nessas ações na medida em que enriquece o debate e o nível de sensibilização popular para a conservação, buscando construir estratégias conjuntas para o enfrentamento dos problemas existentes.

As cidades são influenciadas por uma dinâmica social e contraditória presente no movimento histórico do real. É preciso criar componentes que articulem processos de longo alcance, determinando mudanças nos processos sociais e ecológicos.

As medidas de minimização de impactos ambientais têm que ser pensadas numa escala de ação social bem mais ampla, que possa abarcar de forma integrada, a cidade e seu espaço circundante e imediato e, até mesmo, espaços mais distantes.

O principal desafio que se coloca nos dias atuais consiste na expectativa que a cidade crie as condições para assegurar qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente, buscando evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelas classes subalternizadas.

Sachs (2004, p.14) considera que há cinco pilares que dão âncora ao desenvolvimento sustentável, quais sejam:

a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, em função da perspectiva de perturbação social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta;

b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como recipientes para a disposição de resíduos);

c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;

d) Econômico, porque a viabilidade econômica é a *condition sine qua non* para que as coisas aconteçam;

e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda a diferença.

Jacobi (2006, p.17) ressalta que,

O tema da sustentabilidade implica na necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora. Trata-se de potencializar iniciativas a partir do suposto que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade.

O desenvolvimento sustentável surgiu como um novo paradigma para nortear as políticas de longo prazo de comunidades, municípios, estados, países e do Planeta como um todo. Significa melhorar a qualidade de vida dos que vivem hoje, sem prejudicar as próximas gerações que nos sucederão. Significa considerar não apenas as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento. Implica na incorporação de objetivos ecológicos como a conservação dos recursos hídricos, a atenuação das mudanças do clima, a conservação das florestas e da biodiversidade. Freitas (2003, p.219) sustenta que,

a compreensão da complexidade dos ecossistemas amazônicos em qualquer escala, tanto quanto a compreensão de propostas para preservá-los, conservá-los ou desenvolvê-los com modelos sustentáveis, não estão limitados pela natureza amazônica, mas pela cultura ou fatores que dela dependem.

Traduzir o ideário do desenvolvimento sustentável em ações práticas e coerentes significa, em muitos casos, uma mudança drástica no nosso estilo de desenvolvimento.

Segundo Martins (1997), uma gestão de sustentabilidade em áreas protegidas pode ser definida como um processo dinâmico mediante o qual é desenvolvida e implementada uma estratégia coordenada para atribuição de recursos ambientais, sócio-culturais e institucionais visando alcançar a conservação e utilização múltipla sustentáveis destas áreas.

Ainda segundo o este autor, uma política que incorpore o princípio de usar ou conservar o recurso ou ambiente, exige conhecimento e técnicas de gestão integrada. Exige

a existência de instituições dotadas de recursos capazes de realizar uma gestão que satisfaça os referidos objetivos.

É necessário deixar bem claro que há necessidade de integração de políticas, objetivos e ações concretas na gestão de áreas protegidas.

O objetivo do planejamento destas áreas é o de encontrar meios onde os impactos gerados por conflitos espaciais e ambientais possam ser estabelecidos e avaliados de modo a criar condições legais para uma efetiva gestão.

Valendo-nos os trabalhos mais recentes de Capra (1996), pode-se dizer que reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais se pode satisfazer as aspirações e as necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Segundo este autor (1996, p.231),

Para realizar essa tarefa, podemos aprender valiosas lições extraídas do estudo de ecossistemas, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Para compreender essas lições, precisamos nos tornar, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados. Ser ecologicamente alfabetizado, o 'eco – alfabetizado', significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades, inclusive nossas comunidades educativas, comerciais e políticas de modo que os princípios da ecologia se manifestam nelas como princípios de educação, de administração e de política.

É de extrema relevância o pensamento de Capra e sua maior contribuição está no desafio que ele nos coloca na busca de uma compreensão maior da realidade em que vivemos. Quanto melhor entendermos essa realidade, mais claramente enxergaremos as formas de dar significado às nossas vidas, principalmente através do nosso dia a dia.

Afinal deve-se compreender que cada ato nosso, por mais simples que seja, passa a ser vivenciado com uma forte consciência de que ele está afetando a existência de todos em seus planos mais sutis. Lefebvre (1968, p.108) nos lembra que,

a reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir realmente. A necessidade e o direito à cidade sem conseguir iludi-lo. (Isto não significava que não se deva preservar amplos espaços 'naturais' diante das proliferações da cidade que explodiu). O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana. Transformada, renovada.

O autor traz uma rica discussão sobre a necessidade do direito à cidade deixando claro que a vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo e a natureza. Essas mediações devem ser compreendidas pelos seus simbolismos e pelas representações ideológicas e imaginárias da natureza e do campo construídas pelos cidadãos.

Na construção de um mapa urbano dinâmico de exclusão social não podem ser ignoradas nem as condições ecológicas (locais e regionais) e nem as condições de segregação sociais dinâmicas que influem na construção dos diversos ambientes urbanos como meio de reconciliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social.

Segundo Oliveira (2003) o meio ambiente é construído pela relação da sociedade com a natureza por meio do trabalho, portanto, é produção social. O meio ambiente é continuamente mutável. Muitas vezes as transformações ambientais que ocorrem por meio do trabalho, rompem a cadeia trófica e introduzem componentes que antes não existiam na natureza. Ainda nos dizeres de Oliveira (2003, p. 30),

compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade. Ao se identificar o modo como os vários agentes produtores do espaço urbano se especializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender a inter-relação processo e forma, o que significa, do ponto de vista geográfico, a descrição seguida da análise da paisagem.

Percebe-se que para este autor o espaço urbano contribui para a morfologia da cidade que se reproduz, resultando em diferenciações nos seus modos de apropriação, causando problemas de desenvolvimento desigual.

É preciso compreender o processo de produção da sociedade entendendo a produção no sentido mais amplo, visando captar as transformações e o vivido abrindo caminho para o entendimento da vida, pois as relações sociais de produção encerram múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas.

Muitos problemas poderiam ser superados através do uso de conhecimentos já existentes na região, no entanto esses problemas continuam a afligir a Amazônia por conta de políticas que não incorporam a ciência ou os indicadores de pesquisa em sua formulação.

É verdade que têm ocorrido alguns avanços nas políticas do Governo Federal para a região amazônica, associados à incorporação crescente do discurso do desenvolvimento sustentável. O mesmo não se pode dizer em relação às políticas estaduais e municipais cujos impactos positivos ainda não estamos visualizando.

Persiste uma série de contradições na formulação e execução dessas políticas para a Amazônia, inclusive do ponto de vista da participação da sociedade civil. Mesmo as políticas colocadas em curso pelo governo federal ainda não são impactantes, falta sistematicidade e monitoramento.

Também é verdade que o Estado do Amazonas está determinado a implementar uma política de desenvolvimento sustentável voltada para a conservação das florestas e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, com especial atenção para os segmentos extremamente empobrecidos, mas os seus resultados virão a longo prazo porque primeiro está investindo em ciência e tecnologia. A criação da FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas é prova disto que estamos dizendo.

Faz-se necessário um engajamento de nossas universidades e instituições de pesquisa nesse processo, assim como precisamos atrair os mais competentes empresários e investidores privados para os negócios sustentáveis fazendo amplas alianças, inclusive com governos, consumidores e empresas de países seriamente comprometidos com a sustentabilidade.

Necessita-se de políticas públicas sérias, profissionais e de longo prazo, acima de disputas partidárias ou interesses individualistas. Isso requer o fortalecimento das instituições públicas, organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de pesquisa e empresas privadas com responsabilidade social.

Necessita-se de uma ampla rede de parcerias, envolvendo toda a sociedade brasileira e planetária em torno do desafio de ampliar e consolidar nossas áreas protegidas e, com isso, salvar o futuro da Amazônia, do qual depende o futuro de todos nós.

Esta dimensão é fundamental neste modelo de desenvolvimento, na medida em que deixa claro que este deve ser o caminho a seguir por todos os países, já que desenvolvimento sustentável encerra em si um elevado aspecto de instrumentalidade.

É praticamente unânime as posições assumidas em torno da necessidade de adaptar os objetivos específicos de ordenamento e gestão bem como as diferentes realidades político-administrativas, às diretrizes da Política de Gestão Integrada de Áreas Protegidas.

Regular o desenvolvimento sustentável destas áreas é um dos desafios que se põe no início deste século face ao reconhecimento internacional da importância vital de gestão integrada para colocar em marcha o desenvolvimento sustentável.

É preciso, pois, buscar apoio junto às ONGs para mobilizar comunidades e consumidores e esse desafio só será possível se houver uma ampla parceria de toda a sociedade brasileira. Isso deve ser feito com políticas internacionais, nacionais, estaduais e municipais coerentes com o desenvolvimento sustentável.

O ponto de partida consiste não só em mudar os pressupostos e orientações das políticas públicas mas também mudar o comportamento e os valores de cada um de nós. Necessita-se de políticas públicas capazes de mudar a lógica econômica da fronteira do desmatamento.

3.2 A dragagem do Igarapé do Mindu como solução para o problema das inundações.

A maioria dos igarapés situados na área urbana de Manaus vem sofrendo impacto ocasionado pela existência de ocupações desordenadas que promovem a retirada da vegetação nativa, condicionando a possibilidade de assoreamento, uma vez que o solo fica sem proteção.

Em função disso, pode-se iniciar o processo de erosão impulsionado entre outros fatores (características do solo e da encosta) pelo alto índice pluviométrico comum na cidade.

O Igarapé do Mindu é um dos principais igarapés que atravessam a cidade de Manaus, pertencendo à bacia do Rio Negro, do qual é afluente da margem esquerda.

Com aproximadamente 20 quilômetros de extensão possui cerca de 40 afluentes sendo acompanhado por vários fragmentos florestais e unidades de conservação no sentido nordeste à centro sul da zona urbana de Manaus.

A bacia do Igarapé do Mindu localiza-se na zona urbana de Manaus, drenando exatamente nas zonas norte, leste, centro e centro sul da cidade entre as seguintes coordenadas geográficas : 03° 00'20" e 03° 07'08", de latitude sul e 59° 54 44" e 60° 01 49" de longitude oeste. De acordo com o Histórico Municipal do Igarapé do Mindu (1999, p. 3):

Este Igarapé nasce no bairro do Jorge Teixeira, a cerca de 300 metros do limite de reserva florestal Ducke (INPA). Sua nascente já apresenta os

primeiros sintomas do crescimento urbano com conseqüentes desmatamentos de sua área de entorno. A seguir percorre o bairro do Tancredo Neves onde já começa a assimilar as descargas de esgoto sanitário, muitos dos quais ligados clandestinamente as galerias de águas pluviais. A seguir este igarapé encontra-se com o Igarapé da ponte do Coroadó, assimilando as descargas dos seguintes conjuntos residenciais: Tiradentes, Petros e de algumas empresas (de ônibus, fábrica de cloro, motéis, etc.), seguindo pelo balneário do Muruama (canal do Resende) recebendo as descargas de esgotos de todos os conjuntos residenciais existentes no Parque Dez de Novembro, seguindo para o bairro Vieiralves indo para a Ponte de Ferro na Av. Constantino Nery, quando recebe influência do canal dos franceses formando então o Igarapé do São Raimundo que percorre o bairro de mesmo nome até sua foz, no centro da cidade, no Rio Negro.

Sua área de drenagem percorre uma área que constitui cerca de 67 km², com eixo de direção de drenagem NE-SW (Boletim Amazonense de Geografia 2004 nº04 Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB Seção Manaus- 2004).

Como afirma Cleto Filho (1998) a nascente do Mindu está localizada em área de floresta primária de terra firme, situadas no setor leste da cidade, seu curso inferior atravessa trechos urbanizados que incluem diversos bairros residenciais, um Parque Municipal (Parque do Mindu), desaguando na área central da cidade e finalmente no Rio Negro, num percurso de 20 a 25 Km.

A variação sazonal do ambiente aquático confere na época de cheia um aspecto de lago, cujas dimensões aproximadas são de 2 a 3 km de comprimento por 500 m de largura e até 11 m de profundidade.

Na estação seca o lago desaparece ficando apenas o canal do igarapé cuja largura máxima chega a 32 m e mínima de 4,5 m com a profundidade média de 0,8 m. O leito é formado por camadas depositadas de areia e argila além de grande quantidade de lixo despejado.

No estudo realizado por Cleto Filho (1998) o estado de calamidade de degradação do Igarapé do Mindu, causa elevadas suspensões de sedimentos argilosos na estação chuvosa. Com ausência de floresta e estagnação da água em trechos do igarapé nos períodos de chuva conduzem a enchentes em suas margens.

Pessoas que residem às suas margens têm danos irreparáveis de bens materiais. O igarapé encontra-se poluído devido ao transporte de grandes quantidades de sedimentos e esgotos, resultado da quantidade de lixo que os moradores jogam em suas margens, da ineficiência da coleta de lixo.

Isto, aliado ao aumento da pluviosidade na estação úmida, pode formar uma espécie de represamento da água do igarapé, contribuindo para inundações em áreas antes não atingidas pelas águas.

Segundo o Jornal 'A Crítica'¹³ aproximadamente 30% da produção diária de lixo não é coletada pelo serviço de limpeza pública, principalmente nas áreas de difícil acesso próximo aos igarapés na cidade de Manaus.

Diariamente, são despejados nos igarapés da área urbana 360.000 litros de dejetos sem tratamento. Tais dejetos podem acumular-se ao longo dos igarapés, impedindo o fluxo normal das águas.

De acordo com os estudos de Santos, Waichman e Borges (2003), o leito do igarapé foi ocupado desordenadamente, causando prejuízos e grandes impactos ambientais. Durante a temporada de chuva, a possibilidade de enchente do igarapé aumenta o risco de doenças e perdas materiais dos moradores que estão às suas margens.

Os autores ainda afirmam que, dos anos de 1970 a 2000 houve um crescimento desordenado na capital de Manaus. Foram derrubadas as matas verdes ao redor do igarapé para a construção de edifícios, conjuntos e residências aterrando o lugar e deteriorando a qualidade da água.



Figura 17 – Inundação causada pela retirada do aterro do Igarapé do Mindu
Fonte: Ibope – XII Cobreap / Mg / 2003.

¹³ C.f. Jornal A Crítica de 04/04/1997.

Conforme a velocidade das águas quando acontecem as precipitações pluviométricas elevadas, a tendência das águas do igarapé é subir devido o assoreamento do sedimento argiloso de construções ao redor. Mesmo assim, não podemos afirmar que as cheias são caracterizadas pela erosão de suas margens, pois a sua extensão é totalmente recobertas de vegetação.

As elevações do nível d'água e conseqüentes encharcamentos dos imóveis à beira do igarapé, são provenientes dos estreitamentos consecutivos originados na calha do mesmo.

Tais estreitamentos provocam uma redução na seção de escoamento do igarapé provocando um aumento da velocidade da água naqueles trechos, que por sua vez eleva o nível local e provoca um remanso acumulativo que pode vir a elevar o nível do curso d'água.

O laudo pericial feito por Cleto Filho (1998) sustenta que a erosão que se dá é na proximidade, em área pavimentada remanescente, como os aterros para construções de edifícios e conjuntos habitacionais próximos ao Igarapé do Mindu.

O Programa SOS Igarapés constitui uma das ações de maior repercussão ambiental da Prefeitura de Manaus. Executado pela SEMMA e pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMULP). Em 1999, foi criado com o objetivo de agir na retirada do lixo de cursos d'água e mobilizar as comunidades para a mudança de hábitos em relação ao descarte do lixo.

Este programa atua na drenagem e dragagem como alternativa para melhorar o fluxo de água evitando o assoreamento do igarapé. Atua também na recuperação da faixa de proteção marginal do igarapé com o reflorestamento utilizando espécies nativas; realiza a execução de um sistema de drenagem que permita a regularização da vazão das águas; prevê melhoria do sistema de coleta de resíduos sólidos. Enfim, busca o investimento em saneamento básico e o aprimoramento da educação ambiental, pois este ponto é fundamental para a formação de cidadãos que estabeleçam uma relação de harmonia com o meio e monitoramento dos níveis de poluição dos igarapés. Vejamos o que disse uma das entrevistadas:

em 2005 foi muito difícil conviver com as alagações pois alagou 8 vezes e depois de muita insistência é que o IPAAM concedeu licença à SEMOSBH, mas com muitas restrições e aí eles começaram a dragagem, as máquinas chegaram e quando começou a melhorar a SEMMA embargou a obra e devido a paralisação a areia voltou e a situação se agravou (J.M entrevista / 2007).

Aqui pode-se visualizar a atuação de drenagem de Igarapés na cidade de Manaus.



Figura 18 – Limpeza do Igarapé/Manaus
Fonte: Rogélio Casado/ (2008)



Figura 19 - Igarapé do Mindu – Drenagem.
Fonte: Youseff Abraham/SEMMA (2008)

A dragagem e desassoreamento de igarapés é um processo realizado com o posicionamento de uma bomba de sucção, a draga, de seis (6) polegadas com motor MWM. A bomba draga 10 m³ por hora de material expediente, que equivale a 15 m do igarapé é composta por tubos que bombeiam 100 m de distância.

A função dela é retirar areia (material expediente) do fundo do igarapé para evitar alagações nas áreas adjacentes e para que a vegetação ciliar não seja degradada.

Três operadores são responsáveis pela bomba, um mergulhador que a posiciona nos trechos do igarapé e dois operadores que regulam a velocidade com que a bomba suga o material, de acordo com a profundidade.

É realizado o Rip Rap – sacos com areia e cimento – de contenção, que evitam o refluxo da areia ao igarapé.

Segundo a PRODEMAPH (Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Igarapé) é importante assegurar que a dragagem do Igarapé do Mindu seja realizada da forma menos gravosa ao meio ambiente permitindo a permanência da vegetação na área de preservação permanente¹⁴, a diminuição do assoreamento do leito do igarapé e diminuição dos riscos de alagações nos imóveis dos moradores dos Conjuntos Jardim Primavera e Barra Bela.

¹⁴ Área de preservação permanente – parcela do território, de domínio público ou privado, definidas como de preservação permanente pela legislação vigente, destinadas à manutenção integral de suas características. Legislação Ambiental Brasileira VEMAQA, 5ª edição 2004.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMMA) foi realizada em 2005 a Ata de 1ª Audiência Pública sobre a Dragagem do Igarapé do Mindu, contando com a presença dos moradores do conjunto Barra Bela e arredores, representantes do Poder Público Municipal e do Ministério Público, sendo importante pontuar aqui a conclusão dos órgãos envolvidos no decorrer da audiência.

A SEMMA, explanou seu posicionamento em relação a área do Mindu esclarecendo à comunidade que não existe nenhum interesse na área que não seja a sua preservação. O IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia) argumentou que a SEMOSB extrapolou a autorização concedida, causando danos ambientais nas áreas de preservação permanente.

E a SEMOSBH esclareceu que houve algum prejuízo para a área, mas em toda a ação todo cuidado foi tomado com o intuito de evitar maiores danos, com a utilização de metodologias tecnológicas, visando atender os critérios do Parque.

A SEMULSP (Secretaria Municipal de Limpeza e Saúde Pública) esclareceu sobre o novo projeto de ação de limpeza permanente para a área, uma vez que a limpeza manual não foi suficiente.

O Ministério Público reiterou a importância de se executar projetos com a observância do que a lei determina, com estudo técnico, consciente e que evite mais dano ao meio ambiente.

A Dra. Cláudia Steiner, Coordenadora Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA, ressaltou que todos os conjunto habitacionais situados nas áreas próximas às margens do Igarapé do Mindu estão sujeitos a alagação e o problema não será resolvido integralmente com a dragagem, mesmo sendo usado o método tradicional da SEMOSB, não fica garantido que o problema será resolvido, tendo em vista que toda a bacia hidrográfica do Mindu encontra-se alterada. Segundo ela, a melhor metodologia a ser usada em tais condições é a da Dragagem por sucção.

Posteriormente Rosa Mariette Geissler, Geóloga do IPAAM, declarou que a metodologia a ser utilizada é a atual dragagem de Mineração, com mudanças e ajustes tais como potência, número de funcionários que trabalhem na draga, designação de local para depositar a areia retirada dos serviços de dragagem.

A representante da comunidade, senhora Jacira, declarou que o método testado de dragagem do Igarapé, para os moradores não foi satisfatório, pois nos três meses de trabalho a draga não chegou a percorrer nem 400 metros.

Enfim, Irapuan Saunier argumentou que especificamente na área do conjunto Barra Bela e Jardim Primavera é muito difícil encontrar uma solução definitiva, uma vez que aquelas residências estão no limite da cota de alagação, por não haver mais áreas de alagação natural, fazendo com que essas áreas sempre estejam sujeitas à inundações. E ressaltou que como Engenheiro Civil, não autorizaria hoje, a instalação de novos conjuntos residenciais em áreas cujo limite fosse inferior à cota de trinta e um metros acima do nível do mar, ainda mais quando não existissem mais áreas de inundação natural dos igarapés.

Deste modo, os conjuntos habitacionais situados nas áreas próximas às margens do Igarapé do Mindu estão sujeitos a alagação e o problema não será resolvido integralmente com a dragagem, mesmo sendo usado o método tradicional da SEMOSBH como vimos nesta discussão.

A promotora Maria José da Silva Nazaré assegurou aos moradores que seriam encaminhados a uma das promotorias com atribuições na defesa dos Direitos do cidadão, dentre eles o de moradia, podendo também cada morador, se assim o desejar, constituir advogado e ingressar com ação competente.

Como afirmou o senhor. Paulo Buarque, morador do conjunto Jardim Primavera:

Após as construções na outra margem do Igarapé (Greenwood, Le Baron, Vila Rica, Fábrica de Poste) é que a situação se agravou. Somente no ano de 2005 houve 8 (oito) alagações, e nós conhecemos toda história do Parque, ainda quando era a antiga 'pedreiras' e também conhecemos a história das alagações. É preciso continuar com a dragagem, com a dragagem melhora muito! A comunidade aqui ajudou pleiteando a retirada de grileiros da área na época da formação do Parque, fornecendo mudas e plantando samaumeiras. Não somos contra a política de implantação das ações de preservação na área do Mindu, não somos predadores da natureza, só queremos uma solução definitiva para o problema. (P.B entrevista/2008).

Um elemento que desponta no relato do senhor Paulo refere-se à questão da importância que os moradores vêem na dragagem. De qualquer a forma a dragagem só pode ser realizada até certo ponto, para não afetar as Áreas de Proteção Permanente. Deste modo, os conjunto habitacionais situados nas áreas próximas às margens do Igarapé do Mindu estão sujeitos a alagação e o problema não será resolvido.

Enfim, ficou definido um projeto emergencial para dar continuidade ao trabalho de desassoreamento na área, porém, nada ficou resolvido, como pode-se observar na fala da representante dos moradores.

Esta reunião ocorreu em 2006 e tudo continua na mesma pois segundo os moradores quando a SEMOSB chega para executar o serviço com a draga logo a SEMMA embarga as obras por ser uma Área de Preservação Permanente.

Fica a impressão de que, na realidade, não existe alternativas para os moradores, pois no que tange a área do igarapé a SEMMA acredita que a SEMOSBH sempre extrapola a autorização concedida, na medida em que sua função é apenas para limpeza e drenagem do material sedimentado no fundo do igarapé sem causar danos ambientais.

No entanto, a SEMOSBH defende-se ao informar que nas suas atuações há algum prejuízo para a área, mas em toda ação todo cuidado é tomado com o intuito de evitar maiores danos, pois utiliza metodologias tecnológicas visando atender os critérios do Parque.

De qualquer forma, de acordo com os moradores nenhuma medida eficaz foi tomada pois a SEMMA sempre embarga as obras para proteger a área de proteção permanente, causando com isso revolta nos moradores.

3.3 - Educação Ambiental e o papel do Poder Público

Os debates sobre a educação ambiental no mundo contemporâneo estão relacionados àqueles mais gerais sobre a problemática ambiental que tem feito parte das preocupações dos mais variados setores da sociedade.

O governo brasileiro, com a lei n. 9.796/99, instituiu a Política Nacional de educação ambiental. Esta lei fomenta a concepção de que a educação ambiental abrange todo o processo educativo, tanto no âmbito formal como no informal (VEMAQA, 2004, p.233)

Ensinar os indivíduos sobre seus direitos e deveres, com a finalidade de assegurar o respeito e o desejo de proteção aos direitos de outros, é um imperativo prioritário da educação para a tolerância.

No ambiente urbano das médias e grandes cidades, a escola, além de outros meios de comunicação é responsável pela educação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade, uma vez que há o repasse de informações. Isso gera um sistema dinâmico e abrangente a todos.

A população está cada vez mais envolvida com as novas tecnologias e com cenários urbanos, perdendo desta maneira, a relação natural que tinham com a terra e suas culturas. Os cenários, tipo Shopping Center, passam a ser espaços centrais na vida dos jovens e os valores relacionados com a natureza não tem mais pontos de referência na atual sociedade moderna.

A educação ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura inculcar no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.



Figura 20- Alunos de escolas públicas
Fonte: Parque Municipal do Mindu(2008)

Esta imagem marca a preocupação da SEMMA em relação à questão ambiental, disciplinando adolescentes para que observem as placas indicativas/ educativas, para que não joguem lixo e preservem as margens do igarapé.

O Agente Ambiental do Parque Municipal do Mindu ao ser inquirido sobre a questão da educação ambiental relatou o seguinte:

acredito que deve haver educação nas casas, com as crianças com os 3 poderes públicos agindo diretamente. Aqui se você andar nas trilhas, as placas de sinalização são quebradas e você não tem para repor. Os lixos que jogam no Igarapé você nem imagina: um dia desses encontrei um balde com roupas, mas jogam casco de geladeira, botija de gás, fogão, resto de estofado, colchão etc e vem da Colônia Japonesa pra cá. Jogam cachorro morto e até cavalo morto eu já encontrei, então eu acho que a educação ambiental deve ser contínua, porque o que ocorre nesse Igarapé é muito sério (R. M entrevista/ 2008).

Constata-se na fala do entrevistado que a população manauense é mal educada ou possui hábitos que são desaprovados. Na verdade as pessoas necessitam de formação direcionada ao modo adequado de utilização do meio ambiente em que vivem incluindo não só respeito pelo meio ambiente mas, sobretudo ensinado as novas gerações a estabelecer estreitas relação com o ambiente natural.

Assim, a escola se transforma no espaço em que o aluno terá condições de ver a natureza em um contexto integrado nas práticas sociais, parte componente de uma sociedade saudável.

A gestão democrática da cidade exige compromissos das organizações sociais e da população com a mobilização das entidades e da população para o reconhecimento das instâncias de participação e para o debate político com compromisso e comprometimento de todos; o compartilhamento das informações e das decisões com a população; a disposição para participar de processos de capacitação de maneira a qualificar as intervenções da sociedade para o efetivo controle social.

Segundo a Legislação Ambiental Brasileira (2004) entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de natureza difusa, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. São princípios básicos da educação ambiental:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio econômico e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade;
- o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.¹⁵

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano deve ser entendida como um conjunto de princípios, diretrizes e normas que norteiam a ação do poder público e da sociedade em geral, na produção e gestão das cidades.

A existência de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, a integração de políticas setoriais, políticas territoriais, o controle social e a destinação de recursos financeiros são fundamentais no combate da poluição e assoreamento do Igarapé do Mindu existente.

A realidade das inundações se deve ao crescimento desordenado da cidade, com infra-estrutura inadequada, com falta de implantação de redes coletoras de esgotos sanitários e ao aumento de resíduos sólidos (lixo) que comprometem a qualidade da água.

À medida que a cidade se expande, o manancial do Igarapé do Mindu é contaminado com o despejo de esgoto e de lixo, podendo também atingir os aquíferos através da perfuração de poços sem medida específica e através de fossas sépticas que contaminam os lençóis freáticos ou, ainda, pela lixiviação de resíduos acumulados nos depósitos de lixo que são carreados para o subsolo.

Para minimizar esse quadro, a SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) vem efetuando ações de controle, tais como:

Criação de disque-denúncia para atendimento de denúncias referentes ao mau uso e degradação dos recursos hídricos;

Monitoramento da qualidade das águas dos balneários da cidade, perfazendo um total de 11(onze) pontos de coleta;

O licenciamento de empreendimentos com potencial poluidor tais como condomínios residenciais, tem sido efetuado com restrições, onde é observado o cumprimento das determinações exigidas, bem como o monitoramento dos efluentes oriundos do sistema de tratamento de efluentes sanitário;

Através da educação ambiental, campanhas e projetos vêm sendo desenvolvidos na busca da conscientização da sociedade quanto ao uso sustentável dos recursos hídricos para evitar a poluição e o desperdício de água;

¹⁵ Os princípios básicos da educação ambiental constam na Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias - VEMAQA, 2004, p.195 – documento.

Combate a ocupação desordenada das áreas de preservação permanente destinada à proteção de nascentes;

A fiscalização é necessária aos órgãos públicos e privados poluidores do Igarapé do Mindu, com aplicação de multas e exercer maior rigor no cumprimento da lei, para as infrações cometidas com relação ao uso e a poluição dos recursos hídricos.

No que se refere à fiscalização e aprovação de obras e ocupação do solo urbano, para que isso ocorra faz-se necessário organizar discussões no âmbito comunitário para esclarecer como se fazer e por que fazer a fiscalização.

As parcerias devem ser estabelecidas com centros de pesquisa e laboratórios que sejam devidamente credenciados com divulgação à população para análise de efluentes líquidos, visando garantir a qualidade da água e evitar possíveis contaminações, bem como instituir alianças com a rede de ensino para que possamos construir todo um aparato técnico e educativo, visando à conscientização da sociedade no que diz respeito à proteção do Igarapé do Mindu.

Santos (2001, p.34), assinala que as atividades programadas e desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental segue os seguintes princípios:

- **Sensibilização:** processo de alerta, é o primeiro passo para alcançar o pensamento sistêmico sobre a dimensão ambiental e educativa. Práticas relacionadas à sensibilização: percepção ambiental (meio físico, biológico e antrópico).
- **Compreensão:** conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem o sistema natural. Práticas relacionadas à compreensão: delimitação da área de estudo, visualização de relevo, definição de ocupação e uso do solo, determinação das áreas verdes e porcentagem de impermeabilização do solo, levantamento histórico-ecômico da ocupação, determinação dos eixos de expansão, grau de impactos ambientais (água, solos vegetação, fauna, resíduos sólidos, etc.) e possíveis limites de recuperação.
- **Responsabilidade:** reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e direcionar a manutenção do planeta. Práticas relacionadas à responsabilidades: estudo e interpretação das Constituições (federal e estadual), das legislações ambientais (federal, estadual, municipal), dos códigos específicos (florestal, pesca), das políticas públicas (recursos hídricos, meio ambiente, resíduos sólidos), das normas e resoluções (federal, estadual) e da Lei Orgânica Municipal.

- **Competência:** capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema. Práticas relacionadas à competência: elaboração e aplicação de projetos de atuação direta no meio (recuperação, manutenção, criação de áreas verdes, etc), viabilização de uma ação fiscalizadora integrada da comunidade com os órgãos executivos competentes.

- **Cidadania:** capacidade de participar ativamente, resgatando os direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade. Práticas relacionadas à cidadania: efetivação de ações comunitárias, elaboração de metas, programas e políticas locais.

A autora salienta que a busca pela qualidade de vida não encerra, por si só, mudanças prático- pedagógicas de cunho formal, mas sim mudanças de atitude de ordem pessoal.

Faz-se necessário estabelecer um projeto de Estado nacional que promova o desenvolvimento social, econômico e ambiental, o combate à desigualdade social, racial, de gênero, e regional por meio de uma ocupação menos desigual do território brasileiro, com maior integração do espaço nacional, principalmente a partir do reconhecimento da diversidade e do papel das cidades como elementos essenciais para o desenvolvimento regional e do país.

O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

Atualmente, são comuns a contaminação dos cursos de água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

Neste sentido, o Estado fixou sua “racionalidade”, explodiu as relações sociais preexistentes, que se reorganizam em função das novas necessidades, e para isso teve no espaço um elemento privilegiado.

Dentro deste contexto, é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável um processo que assegure uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais.

Um programa de educação ambiental para ser efetivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta.

A aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações da vida real da cidade, ou do meio em que vivem.

Segundo Bentes (1993), para preservar é preciso conhecer e compreender os mecanismos que regulam a integração homem e natureza e só assim é que se pode usufruir do ambiente sem destruí-lo ou degradá-lo.



Foto: Crianças e a Educação Ambiental
Fonte: Parque Municipal do Mindu (2008)

O Núcleo de Fomento e Educação Ambiental da SEMMA desenvolve atividades dinâmicas e didáticas de ginástica florestal, álbum seriado e pintura livre com o tema de arborização e o objetivo de sensibilizar crianças sobre a importância de se preservar o meio ambiente.

Neste contexto, a educação ambiental se reveste de especial importância. Não se pode falar em ensino formativo, dinâmico e atualizado sem considerar a necessidade de, já nos primeiros anos da vida escolar, desenvolver nas crianças uma “mentalidade ecológica”.

Os professores(as) devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, e dentre elas, as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão, os significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções.

A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades.

Nesse sentido, cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas.”

Segundo Sorrentino (1998) a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social.

O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Capra (1996, p.25) afirma que “o novo paradigma pode ser chamado de uma visão holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo ‘ecológica’ for empregado num sentido mais amplo e mais profundo que o usual.”

O autor compreende que a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).

O autor ainda adverte que, os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Em conversa com o mais antigo Agente Ambiental do Mindu, ele relatou o seguinte:

na gestão do Alfredo, o Secretário da Sedemma (atual SEMMA) Antônio Carlos, e o administrador do Parque Miguel Pacheco, tiveram a idéia de colocar 2 botes para solucionar o problema do lixo no Igarapé. Levaram 10 sacos de lixo de 100 litros. E aí os botes saíram do conjunto Tiradentes 9 horas e chegaram na Paraíba umas 2:30 . E os sacos não deram conta de tanta quantidade de lixo. Então vimos os locais dos pontos fortes do lixo. Tinha de tudo: ventilador, garrafas, tudo que você possa imaginar. Então o Secretário queria que voltássemos para continuar a retirada do lixo, mas como faltou incentivos, tudo ficou parado. Administrar um Parque sem apoio, é muito difícil e a cada ano piora a situação (R. S entrevista /2008).

A educação ambiental está no contexto das políticas educacionais, e conforme Paulino (1993), é um grande desafio para o fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito; cada pessoa é portadora de direitos e deveres, portanto se torna responsável na defesa da qualidade de vida.

Bentes (2005) afirma que o principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito às diferenças através de formas democráticas de atuação baseadas em praticas interativas e dialógicas, com o objetivo de criar uma sociedade com atitudes e comportamentos que venham estimular mudanças diante do consumo.

O ambientalismo ingressa nos anos 90 atravessado por vários campos do conhecimento, o que dá uma abordagem conceitual. Os atores da educação compreendem a necessidade da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo.

Os indivíduos se constituem em sujeitos pelas significações construídas no desenvolvimento de suas relações sociais. O aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e interpretação de informações, conceitos e significados, podem-se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno.

Para Carvalho (2001) trata-se da construção de uma visão mais abrangente (geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais).

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

O grande salto de qualidade tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que tem desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil.

A lista de ações é interminável e essas referências são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

O desafio da construção de uma cidadania ativa configura-se como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação.

Atualmente o desafio de fortalecer uma educação ambiental convergente e referencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais.

Assim, o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse.

Nesse contexto, a administração dos riscos socioambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento público por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

A educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões.

Morin (2000, p.14) assinala que “é necessário desenvolver a aptidão natural do espírito humano para situar todas essas informações em um contexto e um conjunto. É preciso ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo”.

A problemática socioambiental, ao questionar ideologias teóricas e práticas, propõe a participação democrática da sociedade na gestão dos seus recursos atuais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a ótica da sustentabilidade ecológica e a equidade social.

Torna-se cada vez mais necessário consolidar novos paradigmas educativos, centrados na preocupação de iluminar a realidade sob ângulos, e isto supõe a formulação de novos objetos de referência conceituais e, principalmente, a mudança de atitudes. Uma antiga moradora do Mindu, acrescenta o seguinte:

O Parque do Mindu é muito mal aproveitado, os órgãos públicos e as fábricas que fazem reciclagem, eles usam o Parque apenas pelo espaço e não como uma área de preservação. Eles sujam; não tem consciência ambiental. É preciso fazer alguma coisa, mas de forma urgente. Outra questão séria a ser resolvida é a péssima condição da rede de esgotos, que joga, diretamente no Igarapé do Mindu, o dejetos de diversos conjuntos da região, caracterizando um crime ambiental e um risco à saúde pública (entrevista 04/10/08).

Percebe-se nessa fala que o objetivo dos moradores é a busca de melhores condições de vida, para que através da infra-estrutura no conjunto, seja possível resolver permanentemente, as constantes alagações do Igarapé do Mindu que, atingem diretamente dezenas de famílias, acarretando, há dez anos, sérias conseqüências para a saúde física, mental e financeira dos moradores.

Neste sentido, é indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e é também essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano. Ao contrário, devem difundir informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida analítico desta pesquisa teve como objetivo prover elementos para a compreensão dos problemas ambientais do bairro Parque Dez de Novembro, em especial os conjuntos residenciais Barra Bela e Jardim Primavera.

Um dos aspectos que mais nos chamou a atenção na pesquisa está relacionado ao impasse que existe entre moradores e Poder Público. Instalou-se um conflito difícil de resolver. Para o poder Público não há solução para os moradores somente através de medidas emergenciais, já que não se pode intervir no meio ambiente por se tratar de Área de Preservação Permanente; para os moradores a questão ambiental deve ser resolvida sem que haja desapropriação desses imóveis para que eles permaneçam no entorno do Parque.

Instalado o impasse, os moradores indagam: se o poder público não pode intervir nas áreas de Preservação Permanente, porque permite a construção de empreendimentos ilegais que degradam ainda mais essas áreas? E é exatamente esse impasse que nos faz concluir deixando patente a necessidade de o poder público repensar certos conceitos percebendo o que é mais importante fazer.

Tivemos contato com várias histórias acerca do Parque e da vizinhança que nos permitiram conhecer melhor o contexto em que os problemas concernentes as inundações se inserem.

Acreditamos que as histórias pessoais, colhidas oralmente, são capazes de nos proporcionar uma nova experiência, pois estávamos diante dos sujeitos da história que queríamos contar, os moradores que sentiam-se felizes em poder contar suas experiências e dificuldades com as inundações.

Os prejuízos e agravos ambientais nos conjuntos citados, indica que os aspectos que despertam maior preocupação aos moradores, são: a lama que se deposita em seus domicílios, o odor desagradável, os animais como rato, barata, cobra que comumente se encontram nas residências, a precariedade em que se encontram os móveis, dentre outros.

A pesquisa revela que a maioria dos moradores está ciente das soluções e possibilidades existentes para atenuar os impactos negativos decorrentes das inundações, no entanto, por ser Área de Preservação Permanente essas soluções não podem ser viabilizadas.

Embora exista esta percepção dos problemas ambientais, observa-se que, geralmente, os moradores não aceitam a convivência com estes agravos, assumindo frequentemente uma atitude de desconforto em face da existência do problema.

Outro aspecto a ser enfatizado é a necessidade de se estimular campanhas educativas orientadas para reduzir a contaminação dos igarapés, assim é preciso haver pressão por parte de grupos ambientalistas junto ao poder público para implementar medidas e soluções diversificadas destinadas a atenuar os problemas.

Um dos resultados importantes refere-se à necessidade da intervenção do poder público municipal para resolver o problema das inundações, haja vista que é agente controlador, direcionador e principal responsável pela prevenção da degradação ambiental. Isto se observa na medida em que a maioria dos moradores reiteram a necessidade de que o poder público execute e supervisione a execução das políticas públicas.

É necessário que a natureza seja englobada no âmbito das políticas públicas e que haja uma implantação de infra-estrutura que viabilize esse processo.

Um último aspecto a ser considerado é que o poder público formule políticas mais direcionadas aos moradores. A Área de Preservação Permanente é importante e os Corredores Ecológicos são viáveis, mas acima de tudo isso estão os moradores que são sujeitos que moram e vivem na cidade.

Outro aspecto a ser enfatizado é, a necessidade de estimular campanhas educativas orientadas para reduzir os resíduos sólidos lançados nos igarapés. Também os grupos ambientalistas devem exercer pressão sobre o poder público para implementar medidas e soluções quanto ao problema das alagações.

As trilhas são diversas, mas certamente passarão pela educação e pelo despertar da responsabilidade coletiva em permitir a continuidade da vida humana na Terra. O tema ainda não foi esgotado, já que no entorno do Parque existem instituições políticas, econômicas; costumes e hábitos locais que precisam ser analisados, esperamos que estes estudos suscitem outras pesquisas neste tema para trazer outras contribuições para a ciência.

Esperamos, por fim, que esta pesquisa possa contribuir como fonte de fundamentação para aqueles que trabalham com Unidades de Conservação e que de alguma forma desejam executar programas de transformações sociais, que tenham como objetivo macro a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **A cidade de Manaus**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. 15: 18-45, out. de 1953.

ANA. **Manual da Agência Nacional das águas: Gerenciamento da Cheia do ano 2004 em Manaus**. SUREG-MA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/CPRM, 2005.

ARAÚJO, A. V. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Fundação Cultura, 1973.

BACON, F. **Novum Organum: Aforismos sobre la interpretación de la naturaleza y el reino del hombre**. Barcelona: Editorial Fontanella, 1979.

BENTES, N. **Manaus: Realidade e contrates sociais**. Manaus: Valer, Cáritas arquiocesana de Manaus, 2005.

BRANCO, S. M **Ecologia da Cidade**. 18.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BRASIL. **Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; EMBRATUR; UNIÃO EUROPÉIA**. *Manual de ecoturismo: assistência técnica ao setor do turismo*. Brasília, 1994.

BURGO, C. A. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005**. Brasília: Ministério das Finanças Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2005.

CALVINO, I. **As cidades Invisíveis** ed. São Paulo: Schwawrcz, 1972

CAPRA, F. **A Teia da Vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____ **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CLETO FILHO, S .E. N. **Efeitos da ocupação urbana sobre a macro fauna de invertebrados aquáticos de um igarapé da cidade de Manaus/Am-Amazônia Central**. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Universidade do Amazonas, 1998.

CORREA, L. M. **Guia de Manaus: roteiro histórico e sentimental da cidade do Rio Negro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

DAOU, A. **A belle époque amazônica** ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro 2000

DIAS, E. M. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

FREITAS, M. C da S. **Fundamentos da Cultura solidária e Sustentabilidade na Amazônia: trabalho e desenvolvimento.** In: A Ilusão da Sustentabilidade. Manaus: EDUA, 2003.

GIASANTINO, Roberto **O desafio do desenvolvimento sustentável:** coordenação Sueli Ângelo Furlan, Francisco Scarlato—São Paulo: Atual, 1998. – (Série meio ambiente)

JACOBI, Pedro. **Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo.** 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus 337 anos de existência. Manaus: 2007

LEFEBVRE, HENRI. **O Direito à Cidade.** Editora Anthropos: 1968.

LOUREIRO, A. Amazônia 10.000 anos. Manaus: Metro Cúbico, 1982.

MARTINS, F. M. **Políticas de Planejamento, Ordenamento e Gestão Costeira Contributo para uma Discussão Metodológica.** Dissertação de Doutorado; Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro; Aveiro, 1997.

MEGALE, J. G. Biodiversidade: o planeta está de olho. Revista Veja Especial. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 2002.

MELAZO, G. C. **Parques Urbanos: importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental da cidade.** II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI”. Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

MESQUITA, Otoni Oliveira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852 – 1910 / 3ª ed.** Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, M. Y. **Fundação de Manaus.** 4ª Ed. Manaus: Ed. Metro Cúbico, 1994

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo.** Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Organizadores: Maria Lúcia Rodrigues e Edgard de Assis Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2002

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria.** Tradução de Edgard de Assis Carvalho. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOTA, V. S. Espaços públicos de lazer em Manaus: o papel das políticas públicas. Manaus: Valer, 2008.

OLIVEIRA, J. A. Manaus de 1920-1967: **A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer/EDUA, 2003.

GUIDOTTI, H. **A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2000.

ALECRIM, J. D. (orgs) **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus** ed. EDUA Manaus 2003.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Universidade Federal do Amazonas ICHL Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.** Manaus 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M.. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, L. A; WAICHMAN, A. V.; BORGES, T. **Interface entre saúde, saneamento e recursos hídricos em Manaus – AM.** In: Anais do I Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, Sílvia Aparecida Martins dos. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Oficina de trabalho realizada em março de 2000.** Brasília/DF in: Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal. Brasília 2001

SORRENTINO, M. **A Educação Ambiental no Brasil.** In: JACOBI, P. et.al. (orgs). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiência. São Paulo, 1988.

SPOSITO, Maria E. B **Urbanização e cidade: Perspectivas Geográficas,** Presidente Prudente ed. Gasper 2001.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1982.

TAMAIIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza.** Dissertação de Mestrado. Campinas: FE/Unicamp, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a Vida.** Manaus: Valer, 2000.

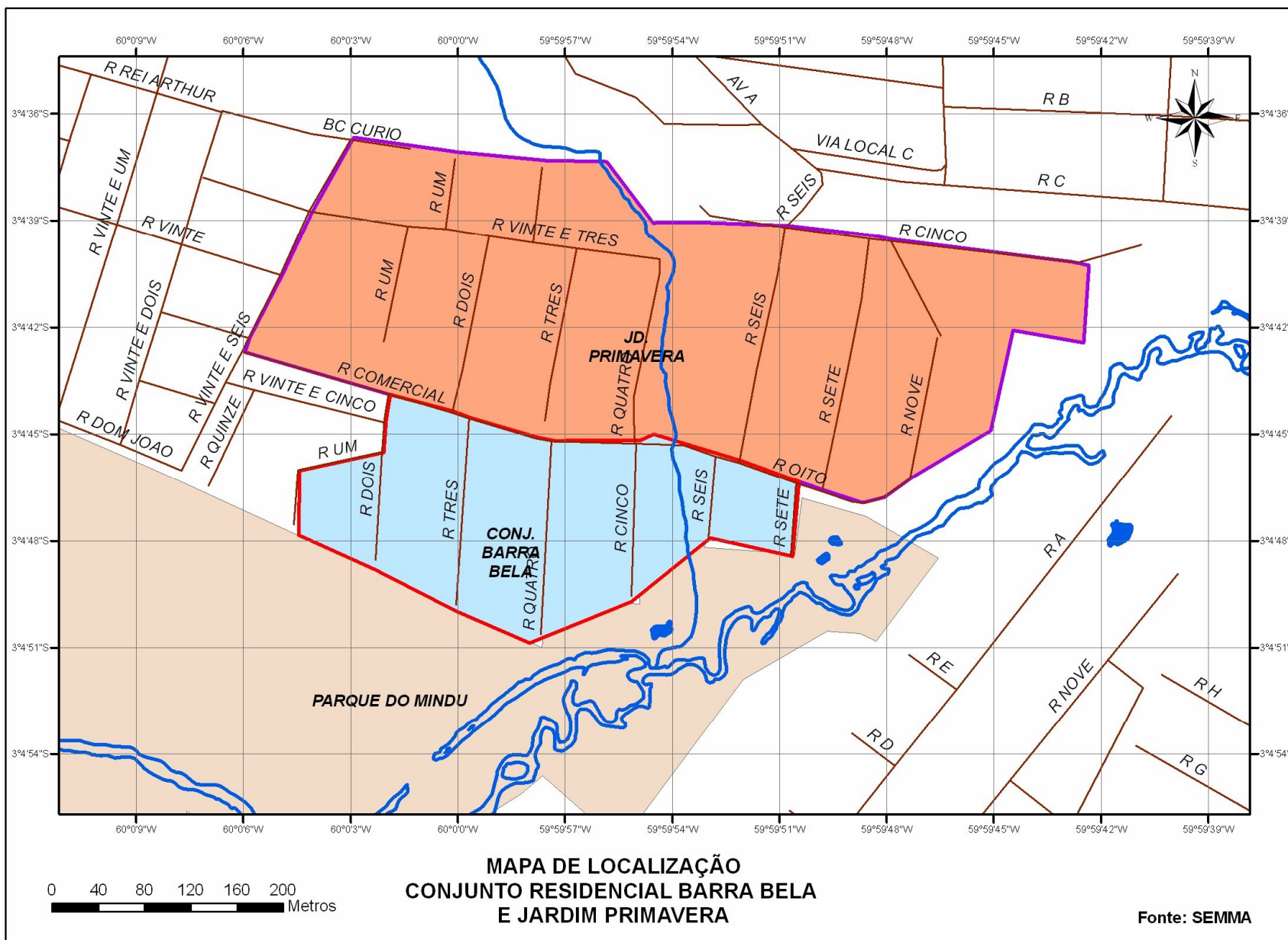
TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas.** ed. Edua Manaus 2005.

WEBER, M. **A dominação Não-legítima (Tipologia das Cidades)** V. 2(7). Economia e Sociedade. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

HEMAQA. **Legislacao Ambiental Brasileira.** Vara especializada do Meio Ambiente e de questões Agrárias. Manaus: Gráfica Ziló, 2004.

VIANA, V. M. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas.** Revista Eco 21, Ano XIV, Edição 86, Janeiro 2004. (www.eco21.com.br)

ANEXOS



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)